



ARRENDAMENTO HABITACIONAL – CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS

ABRIL 2023

H

abitação em números

FICHA TÉCNICA

Habitação em números | abril 2023

Caracterização do Arrendamento habitacional

Dados estatísticos Censos 2021

EDIÇÃO

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.

Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 5

1099-019 Lisboa

Website: www.portaldahabitacao.pt

Endereço Eletrónico: ihru@ihru.pt

COORDENAÇÃO

Observatório da Habitação, do Arrendamento e da Reabilitação Urbana

oharu@ihru.pt

Lisboa, abril de 2023

NOTA PRÉVIA

Pretende-se no “Habitação em números”, abreviadamente HN, desenvolver análises estatísticas sobre as múltiplas dimensões e componentes do mercado de habitação, do arrendamento e da reabilitação urbana.

As edições de março e abril de 2023 do “Habitação em números” assumem uma trilogia, cujo propósito é disponibilizar um conjunto de dados sobre a habitação e o arrendamento habitacional caracterizadores da sua evolução resultantes do Censos 2021.

Assim, fazem parte desta trilogia, HN: População, Agregados e Alojamentos - Caracterização Geral, HN: Encargos com a Habitação - Caracterização Geral; e HN: Arrendamento Habitacional – Características Fundamentais.

O principal objetivo desta coletânea é suportar o Relatório Anual sobre o Arrendamento Habitacional, de maio de 2023, robustecendo-o com uma densa análise estatística a partir dos dados do Censos 2021, do INE.

O presente HN debruça-se sobre o Arrendamento Habitacional - Características Fundamentais e é acompanhado por um dashboard em Power BI (em desenvolvimento).

ÍNDICE

1.	Alojamentos arrendados, Censos 2021	1
1.1.	Por época de celebração de contrato de arrendamento	3
1.1.1.	Rendas antigas - Contratos celebrados até 1990 (com mais de 30 anos)	4
1.1.2.	Contratos celebrados entre 1991 e 2005 (entre 16 e 30 anos)	7
1.1.3.	Contratos celebrados entre 2006 e 2011 (entre 10 e 15 anos)	8
1.1.4.	Contratos celebrados entre 2012 e 2016 (entre 5 e 9 anos)	9
1.1.5.	Contratos celebrados entre 2017 e 2021 (inferiores a 4 anos)	10
1.2.	Por escalão de área útil	12
1.3.	Por escalão de divisões	13
1.4.	Por lotação	15
1.4.1.	Lotação por época de celebração de contrato de arrendamento	16
1.4.2.	Distribuição dos alojamentos por índice de lotação	17
1.5.	Por época de construção	18
1.6.	Por entidade Proprietária	20
1.7.	Por apoio ao arrendamento	23
1.7.1.	Apoio ao arrendamento por época de celebração de contrato	24
1.7.2.	Distribuição do apoio ao arrendamento	26
1.7.3.	Apoio ao arrendamento e fragilidade económica (RSI ou Desemprego)	27
1.8.	Outras características dos agregados e dos alojamentos em arrendamento	29

1. Alojamentos arrendados, Censos 2021

TABELA 1 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (N.º) por escalão do valor mensal da renda, por NUTS III, NUTS II e Portugal, 2011 e 2021. Fonte: INE

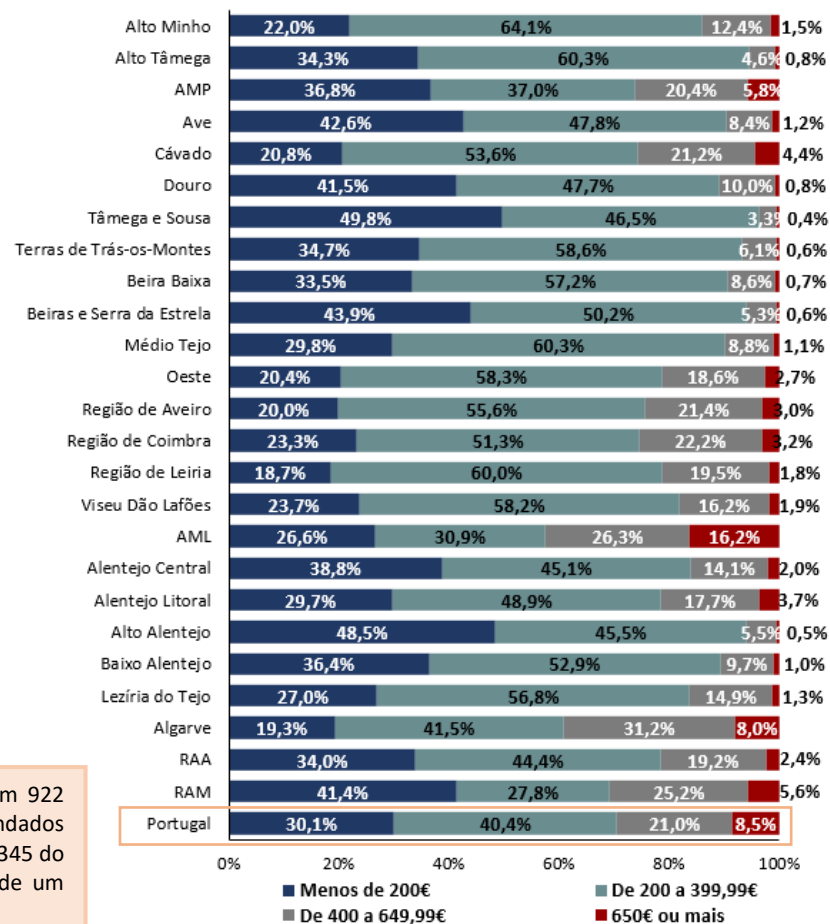
NUTS II	NUTS III	2011	Alojamentos familiares clássicos arrendados em 2021						Valor médio mensal das rendas
			Total		Escalaão do valor mensal da renda				
			N.º	Taxa de variação	Menos de 200€	De 200 a 399,99€	De 400 a 649,99€	650€ ou mais	
Norte	Alto Minho	10 710	13 534	26,4%	2 973	8 676	1 672	213	287,80 €
	Alto Tâmega	2 979	3 427	15,0%	1 177	2 068	158	24	234,32 €
	AMP	164 738	186 037	12,9%	68 416	68 795	37 997	10 829	299,30 €
	Ave	31 925	34 832	9,1%	14 847	16 655	2 915	415	237,26 €
	Cávado	20 861	27 256	30,7%	5 656	14 613	5 787	1 200	328,07 €
	Douro	8 856	9 621	8,6%	3 997	4 587	960	77	236,83 €
	Tâmega e Sousa	24 343	25 918	6,5%	12 897	12 045	852	124	208,68 €
	Terras de Trás-os-Montes	4 766	5 627	18,1%	1 951	3 299	346	31	238,14 €
	Total	269 178	306 252	13,8%	111 914	130 738	50 687	12 913	282,82 €
Centro	Beira Baixa	4 126	4 834	17,2%	1 619	2 766	418	31	253,84 €
	Beiras e Serra da Estrela	12 848	13 736	6,9%	6 035	6 899	724	78	223,56 €
	Médio Tejo	10 705	13 508	26,2%	4 019	8 152	1 187	150	261,91 €
	Oeste	20 073	25 961	29,3%	5 289	15 125	4 828	719	314,01 €
	Região de Aveiro	18 659	25 323	35,7%	5 065	14 088	5 412	758	321,38 €
	Região de Coimbra	23 402	29 221	24,9%	6 794	14 996	6 479	952	316,32 €
	Região de Leiria	11 915	17 275	45,0%	3 234	10 358	3 372	311	315,12 €
	Viseu Dão Lafões	10 218	13 376	30,9%	3 174	7 791	2 164	247	294,97 €
	Total	111 946	143 234	27,9%	35 229	80 175	24 584	3 246	298,52 €
Alentejo	AML	307 944	347 994	13,0%	92 665	107 510	91 539	56 280	403,48 €
	Alentejo Central	13 044	13 350	2,3%	5 184	6 020	1 876	270	259,61 €
	Alentejo Litoral	5 226	6 304	20,6%	1 871	3 081	1 114	238	297,04 €
	Alto Alentejo	8 307	8 448	1,7%	4 097	3 848	462	41	207,54 €
	Baixo Alentejo	4 840	5 464	12,9%	1 988	2 893	532	51	245,83 €
	Lezíria do Tejo	12 975	15 843	22,1%	4 285	8 994	2 353	211	282,99 €
	Total	44 392	49 409	11,3%	17 425	24 836	6 337	811	261,45 €
	Algarve	36 308	44 545	22,7%	8 602	18 474	13 877	3 592	375,36 €
	RAA	10 433	14 653	40,4%	4 989	6 502	2 814	348	277,07 €
RAM	14 264	16 723	17,2%	6 915	4 651	4 209	948	293,42 €	
Portugal	794 465	922 810	16,2%	277 739	372 886	194 047	78 138	334,18 €	

Nota1: As classes de rendas resultantes dos Censos2021 foram rearranjadas em 4 classes por se entender responder melhor à análise que se pretende efetuar.

Nota2: A fórmula de cálculo do valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual é a que consta no “Habitação em Números – Encargos com a habitação, março de 2023.”

À data dos Censos 2021 existiam 922 810 alojamentos clássicos arrendados de residência habitual, mais 128 345 do que em 2011, a que corresponde um aumento de 16,2%.

FIGURA 1 – Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual por escalão do valor mensal da renda, por NUTS III e Portugal, 2021. Fonte: INE

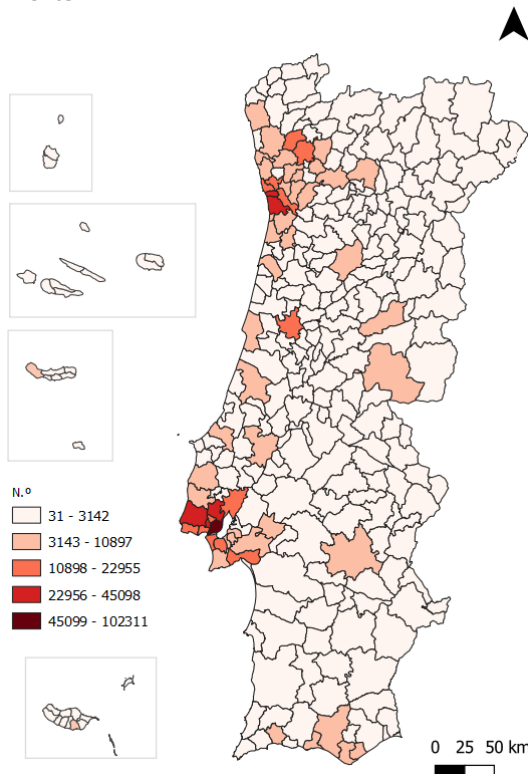


Foi na AML onde se registaram mais rendas de 650€ ou mais.

À data dos Censos 2021, 70,5% das rendas eram inferiores a 400 euros.

À data dos Censos 2021, 21% das rendas situavam-se entre 400 e 650 euros, e 8,5% estavam acima de 650 euros

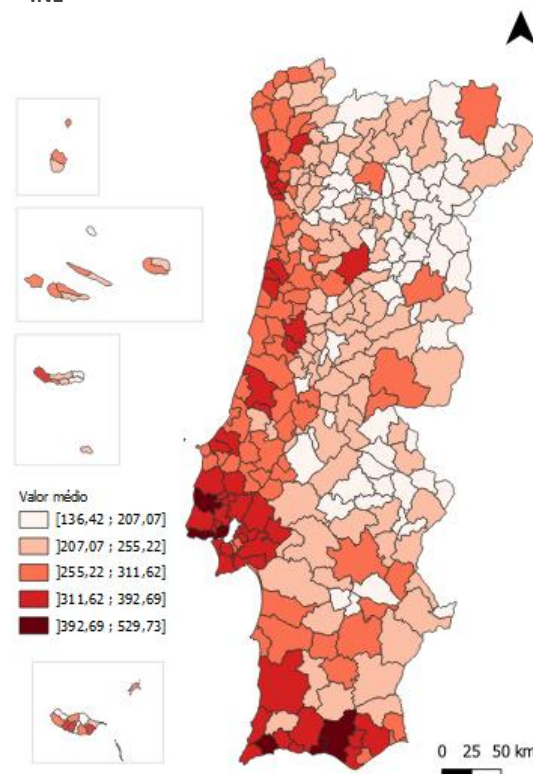
FIGURA 2 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual em regime de arrendamento ou subarrendamento (N.º) por município, 2021. Fonte: INE



No conjunto dos 308 municípios, 248 tinham no máximo 3.142 alojamentos arrendados. Por outro lado, Lisboa representava 11,1% do número total de alojamentos arrendados, sendo o único município com mais de 45.099 arrendamentos, no caso concreto detinha à data 102.311 alojamentos arrendados.

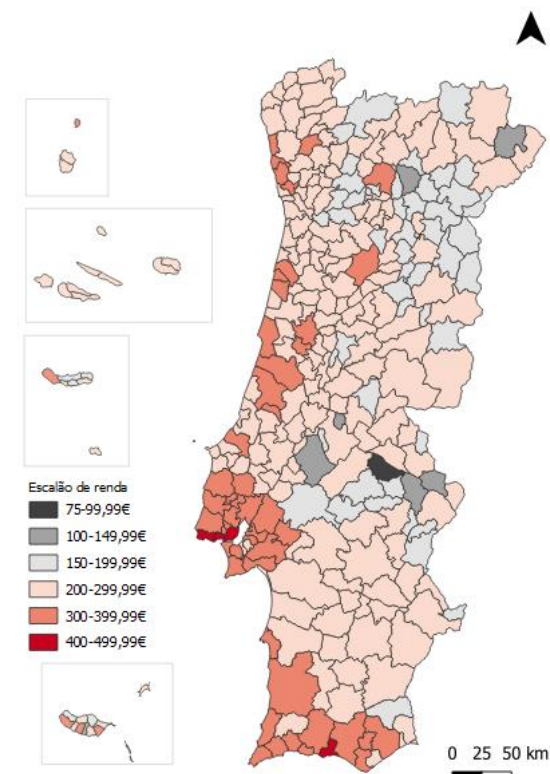
Constata-se uma concentração dos alojamentos arrendados nas Áreas Metropolitanas, no que se traduz em 57,9% dos alojamentos arrendados no país. Os 10 municípios com mais alojamentos arrendados estão situados nas AML e AMP, com Lisboa no topo da lista. Porto, Sintra, Vila Nova de Gaia e Loures figuram nos 5 municípios com mais arrendamentos. Braga é o município a registar maior número de alojamentos em arrendamento fora das Áreas Metropolitanas. Por fim, Funchal é o último município com mais de 10 000 alojamentos nessa situação.

FIGURA 3 – Valor médio mensal das rendas em alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (€), por município, 2021. Fonte: INE



Os valores médios de renda mais elevados predominam nos municípios das Áreas Metropolitanas e do Algarve. Os municípios com valores médios mais elevados foram: Cascais (529,73€), Lisboa (470,87€), Oeiras (456,62€), Albufeira (439,99€) e Loulé (418,26€). Por outro lado, nos municípios de Alter do Chão (136,42€), Arronches (140,51€) e Monforte (152,13€) os valores médios das rendas foram menos elevados.

FIGURA 4 – Escalão mediano das rendas (€), por município, 2021. Fonte: INE

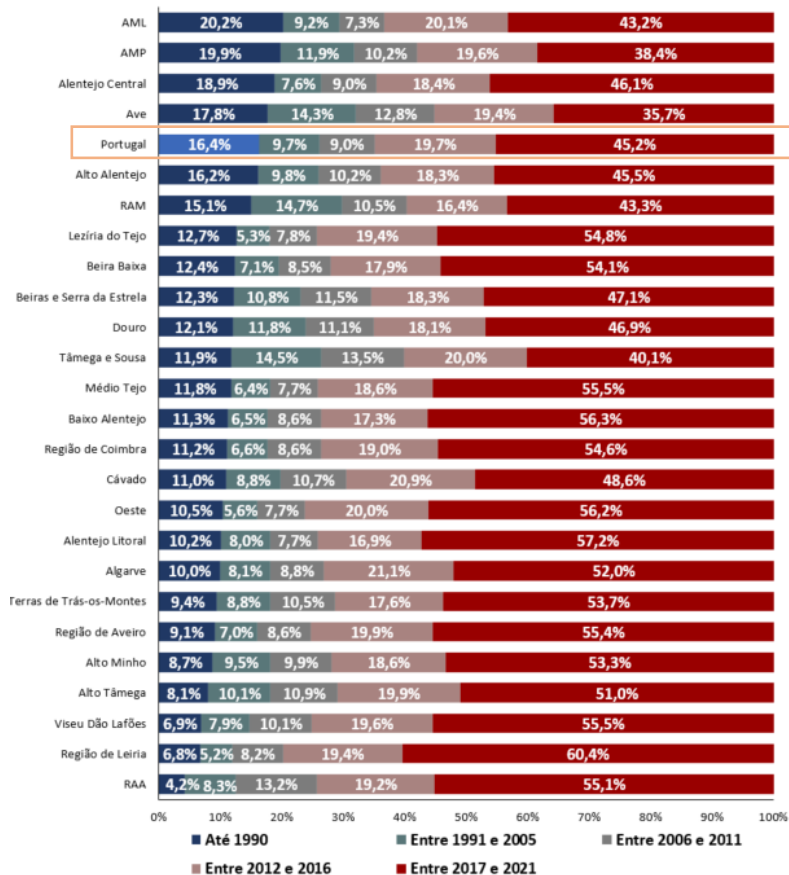


Em Portugal, o escalão mediano das rendas foi de 200 a 299,99€.

Nos 308 municípios, 190 registaram um escalão mediano de 200 a 299,99€. Neste escalão encontra-se, por exemplo: Porto, Vila Nova de Gaia e Funchal. Os municípios de Cascais, Lisboa, Oeiras e Albufeira registaram o escalão mediano de 400 a 499,99€. O município de Alter do Chão foi o único a registar um escalão mediano de 75 a 99,99€.

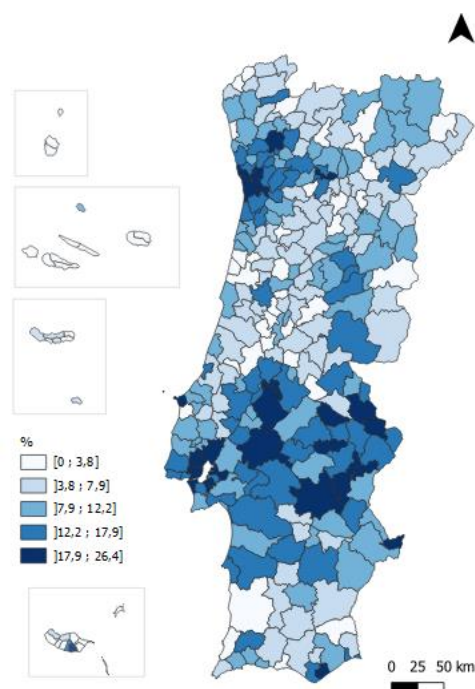
1.1. Por época de celebração de contrato de arrendamento

FIGURA 5 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual em regime de arrendamento ou subarrendamento (%) por época de celebração de contrato por NUTS III e Portugal, 2021. Fonte: INE



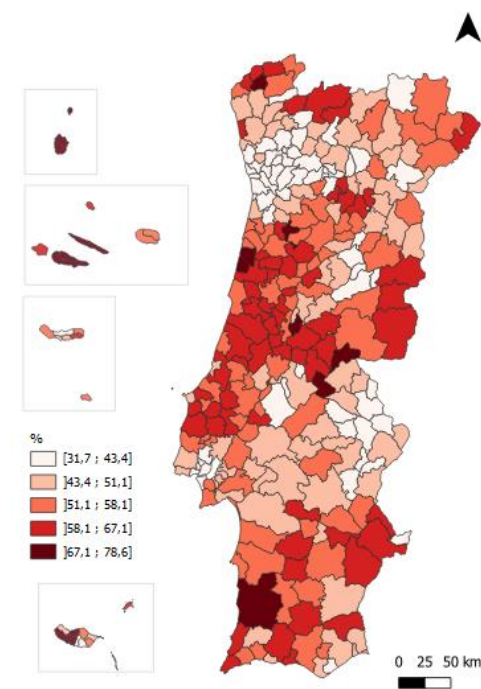
Nota: Pela legislação em vigor são consideradas rendas antigas aquelas cujos contratos não transitaram para o Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU) e celebrados antes de 18 de novembro de 1990. Em função desta situação como resultado do Censos 2021, e para os efeitos de análise, vão ser consideradas rendas antigas todas aquelas incluídas no escalão anterior a 31 de dezembro de 1990.

FIGURA 6 – Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual com contrato de arrendamento celebrado antes de 1991 por município, 2021. Fonte: INE



Os alojamentos com rendas antigas (anteriores a 1990) concentram-se, maioritariamente, nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, Alentejo Central e Ave. Os municípios de Almada (26,4%), Porto (25,6%), Espinho (25,1%), Redondo (24,8%) e Barreiro (23,9%) figuram nos 5 principais nesta categoria.

FIGURA 7 – Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual com contrato de arrendamento celebrado entre 2017 e 2021 por município, 2021. Fonte: INE



Em todas as regiões a época de celebração de contrato predominante foi entre 2017 e 2021. A Região de Leiria foi a região com maior predominância deste escalão e Ave a menor. Os municípios de Madalena, Calheta Açores e Ponta do Sol registaram as maiores proporções face ao total neste escalão.

1.1.1. Rendas antigas - Contratos celebrados até 1990 (com mais de 30 anos)

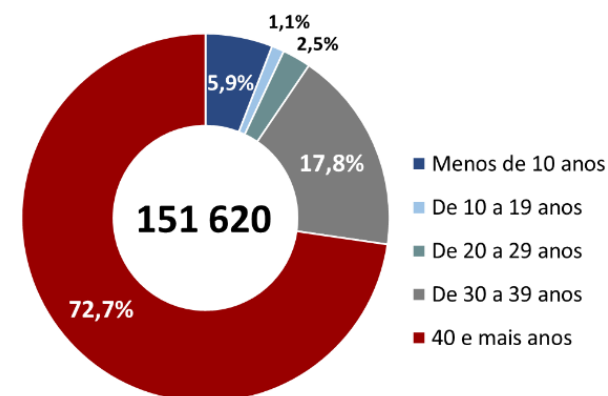
TABELA 2 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com contrato anterior a 1991 (N.º) por escalão do valor mensal da renda, por NUTS III, NUTS II e Portugal, 2021. Fonte: INE

NUTS II	NUTS III	Total	Alojamentos familiares clássicos arrendados com contrato celebrado até 1990 (inclusive)						Valor médio mensal das rendas
			Total		Escalão do valor mensal da renda				
			N.º	%	Menos de 200€	De 200 a 399,99€	De 400 a 649,99€	650€ ou mais	
Norte	Alto Minho	13 534	1 183	8,7%	928	244	7	4	133,02 €
	Alto Tâmega	3 427	277	8,1%	232	42	1	2	108,69 €
	AMP	186 037	36 940	19,9%	31 521	4 756	522	141	116,73 €
	Ave	34 832	6 199	17,8%	5 602	563	19	15	109,19 €
	Cávado	27 256	2 990	11,0%	2 465	498	20	7	120,55 €
	Douro	9 621	1 165	12,1%	1 015	138	8	4	97,61 €
	Tâmega e Sousa	25 918	3 091	11,9%	2 906	170	12	3	88,08 €
	Terras de Trás-os-Montes	5 627	529	9,4%	472	52	4	1	93,98 €
	Total	306 252	52 374	17,1%	45 141	6 463	593	177	114,04 €
Centro	Beira Baixa	4 834	598	12,4%	485	112	1	0	122,15 €
	Beiras e Serra da Estrela	13 736	1 689	12,3%	1 501	176	9	3	105,49 €
	Médio Tejo	13 508	1 600	11,8%	1 431	158	6	5	100,43 €
	Oeste	25 961	2 721	10,5%	2 301	399	16	5	117,12 €
	Região de Aveiro	25 323	2 296	9,1%	1 786	466	40	4	130,60 €
	Região de Coimbra	29 221	3 268	11,2%	2 544	572	128	24	138,53 €
	Região de Leiria	17 275	1 175	6,8%	971	189	12	3	123,72 €
	Viseu Dão Lafões	13 376	929	6,9%	733	182	13	1	124,19 €
	Total	143 234	14 276	10,0%	11 752	2 254	225	45	122,16 €
	AML	347 994	70 190	20,2%	50 189	16 011	3 155	835	164,46 €
Alentejo	Alentejo Central	13 350	2 524	18,9%	2 151	334	33	6	110,35 €
	Alentejo Litoral	6 304	644	10,2%	569	68	5	2	92,73 €
	Alto Alentejo	8 448	1 368	16,2%	1 227	130	5	6	89,88 €
	Baixo Alentejo	5 464	617	11,3%	555	53	7	2	86,38 €
	Lezíria do Tejo	15 843	2 018	12,7%	1 774	238	4	2	105,42 €
	Total	49 409	7 171	14,5%	6 276	823	54	18	101,41 €
	Algarve	44 545	4 459	10,0%	3 536	838	72	13	128,77 €
	RAA	14 653	618	4,2%	538	64	14	2	98,61 €
	RAM	16 723	2 532	15,1%	2 208	261	55	8	101,00 €
	Portugal	922 810	151 620	16,4%	119 640	26 714	4 168	1 098	137,70 €

Nota 1: O indicador alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (N.º) por Localização geográfica (à data dos Censos 2011), Escalão do valor mensal da renda e Época de celebração do contrato de arrendamento não engloba os alojamentos em regime de subarrendamento. Nos Censos 2021 os alojamentos em arrendamento e em subarrendamento estão em conjunto, não sendo possível aferir em separado cada uma das situações.

Nota 2 : A fórmula de cálculo para obter o valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual com contrato celebrado antes de 1991 foi a seguinte: (Rendas menos de 20€×10€+rendas de 20 a 34,99€×27,5€+Rendas de 35 a 49,99€×42,5€+Rendas de 50 a 74,99€×62,5€+Rendas de 75 a 99,99€×87,5€+Rendas de 100 a 149,99€×125€+Rendas de 150 a 199,99€×175€+Rendas de 200 a 299,99€×250€+Rendas de 300 a 399,99€×350€+Rendas de 400 a 499,99€×450€+Rendas de 500 a 649,99€×575€+Rendas de 650€ ou mais×780€)/Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual).

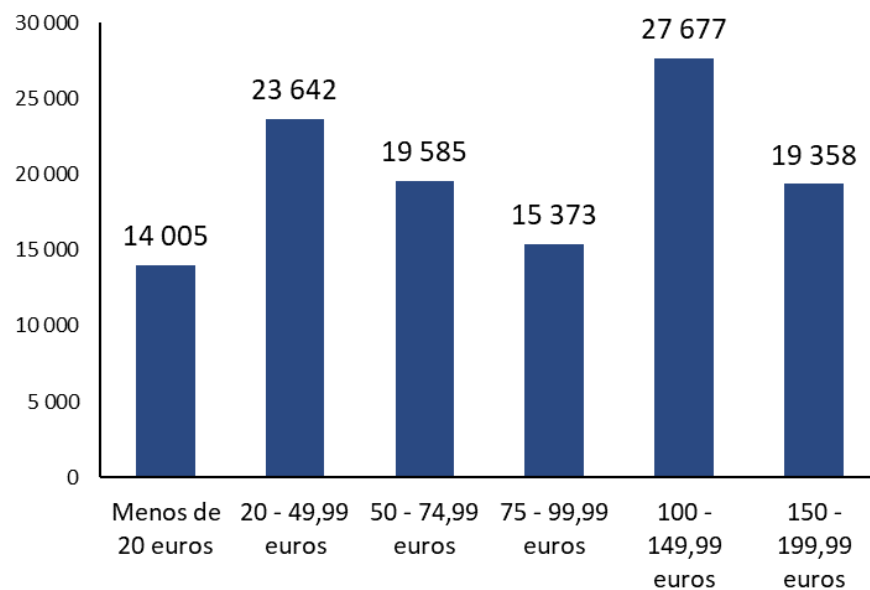
FIGURA 8 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com contrato celebrado até 1990 por escalão de número de anos na residência (%), Portugal, 2021. Fonte: INE



Pelo Censos 2021, 151 620 é o universo dos alojamentos com contratos de arrendamento ou subarrendamento anteriores a 1990 (inclusive). Destes, 90,5% residem na habitação há, pelo menos, 30 anos.

- Na última década censitária registou-se uma diminuição de 43,6% dos contratos com rendas antigas.
- Em 2021, os contratos com rendas antigas representaram 16,4% dos alojamentos arrendados e 43,1% dos alojamentos arrendados com rendas inferiores a 200€.
- 70,7% dos contratos com rendas antigas localizavam-se nas Áreas Metropolitanas (46,3% na AML e 24,4% na AMP).
- Nestes contratos, o valor médio das rendas foi de 137,7€ (um aumento de 43,47€ face a 2011).
- O valor médio mais elevado registou-se na AML (164,46€).

FIGURA 9 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com contrato celebrado até 1990 com rendas inferiores a 200€ (N.º), Portugal, 2021.
Fonte: INE



Em Portugal existiam 119 640 contratos com rendas antigas com rendas inferiores a 200€, traduzindo-se em 78,9% das rendas antigas.

FIGURA 10 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual com contrato de arrendamento celebrado até 1990 por escalão do valor mensal da renda (%), Portugal, 2021.
Fonte: INE

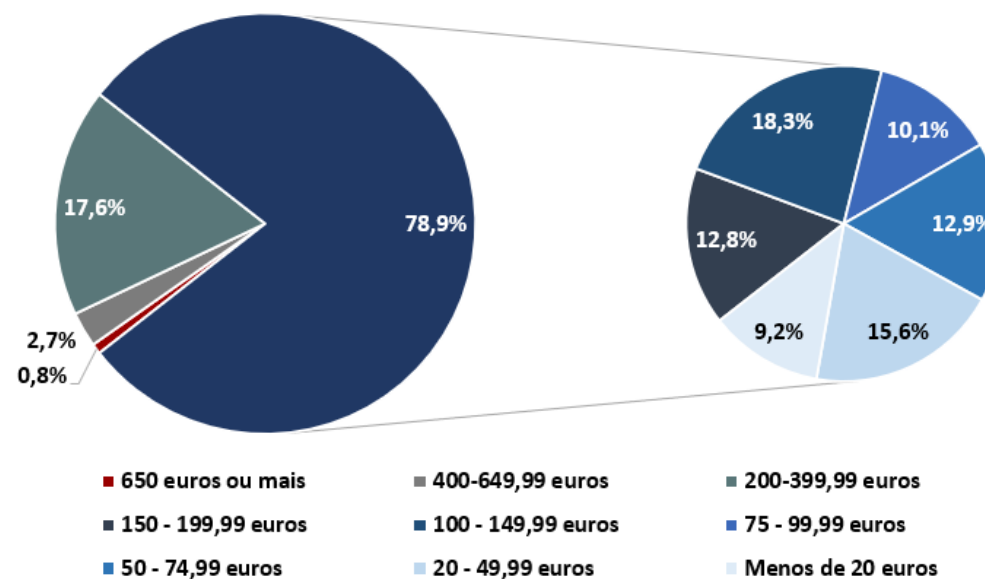
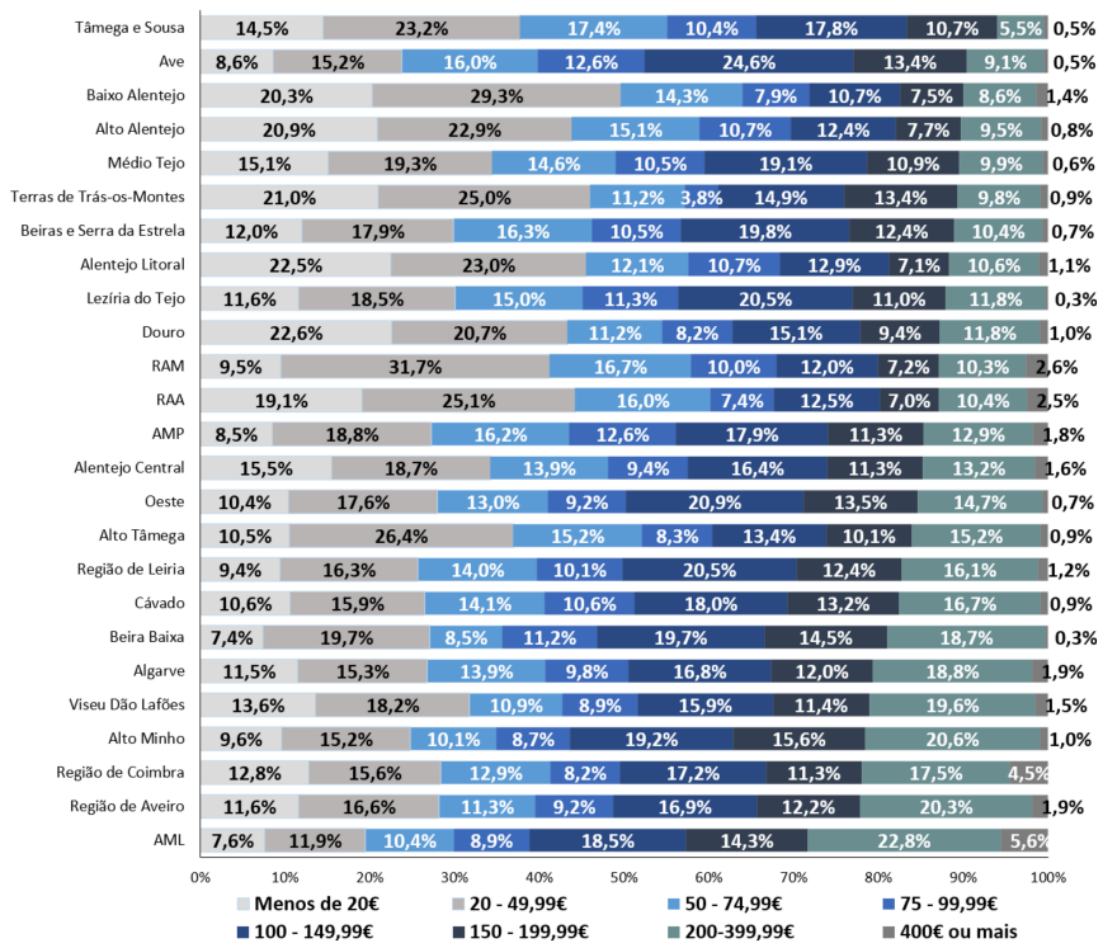
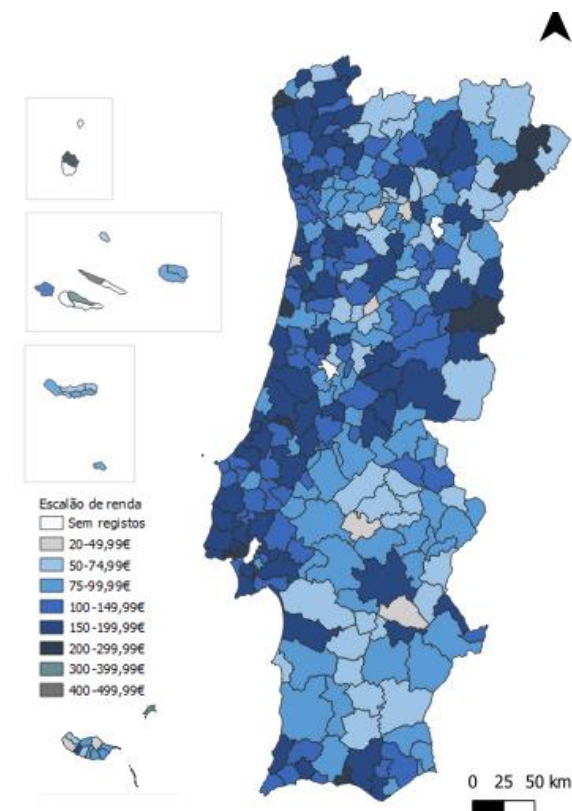


FIGURA 11 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com contrato celebrado até 1990 por escalão do valor mensal da renda (%), por NUTS III, 2021. Fonte: INE



Das rendas antigas praticadas em Portugal, Tâmega e Sousa registou maior proporção de rendas inferiores a 200€ (94%) e a AML registou a maior percentagem de rendas superiores a 200€ (28,4%)

FIGURA 12 – Escalão mediano das rendas referentes a contratos de arrendamento celebrados até 1990 por município, 2021. Fonte: INE



O escalão mediano das rendas nestes contratos foi de entre 100 e 149,99€. Nesse escalão estão por exemplo: Cascais, Braga e Sintra.

Existiram 10 municípios em que o escalão mediano foi de entre 200 e 299,99€ , no universo das rendas antigas, Lisboa, Oeiras e Albufeira encontram-se nesse escalão mediano.

1.1.2. Contratos celebrados entre 1991 e 2005 (entre 16 e 30 anos)

TABELA 3 – Alojamentos familiares clássicos de arrendados de residência habitual com contrato celebrado entre 1991 e 2005 (N.º) por escalão do valor mensal da renda, por NUTS III, NUTS II e Portugal, 2021. Fonte: INE

NUTS II	NUTS III	Total	Alojamentos familiares clássicos arrendados com contrato celebrado de 1991 a 2005							Valor médio mensal das rendas
			Total		Escalão do valor mensal da renda					
			N.º	%	Menos de 200€	De 200 a 399,99€	De 400 a 649,99€	650€ ou mais		
Norte	Alto Minho	13 534	1 292	9,5%	629	633	28	2	191,58 €	
	Alto Tâmega	3 427	345	10,1%	214	129	2	0	162,32 €	
	AMP	186 037	22 082	11,9%	13 533	7 447	935	167	177,99 €	
	Ave	34 832	4 989	14,3%	2 861	2 049	64	15	190,55 €	
	Cávado	27 256	2 398	8,8%	940	1 355	86	17	228,61 €	
	Douro	9 621	1 139	11,8%	814	299	21	5	151,23 €	
	Tâmega e Sousa	25 918	3 755	14,5%	2 687	1 021	30	17	165,98 €	
	Terras de Trás-os-Montes	5 627	495	8,8%	305	184	5	1	161,96 €	
	Total	306 252	36 495	11,9%	21 983	13 117	1 171	224	181,07 €	
Centro	Beira Baixa	4 834	342	7,1%	186	147	6	3	200,33 €	
	Beiras e Serra da Estrela	13 736	1 477	10,8%	943	511	16	7	174,87 €	
	Médio Tejo	13 508	868	6,4%	496	350	19	3	183,64 €	
	Oeste	25 961	1 456	5,6%	607	754	85	10	224,46 €	
	Região de Aveiro	25 323	1 768	7,0%	776	902	81	9	216,55 €	
	Região de Coimbra	29 221	1 925	6,6%	873	853	169	30	225,40 €	
	Região de Leiria	17 275	902	5,2%	402	451	41	8	221,07 €	
	Viseu Dão Lafões	13 376	1 060	7,9%	527	480	49	4	199,64 €	
	Total	143 234	9 798	6,8%	4 810	4 448	466	74	208,29 €	
AML		347 994	31 980	9,2%	19 047	8 703	3 255	975	203,36 €	
Alentejo	Alentejo Central	13 350	1 008	7,6%	644	304	52	8	183,62 €	
	Alentejo Litoral	6 304	507	8,0%	358	132	13	4	153,36 €	
	Alto Alentejo	8 448	824	9,8%	630	171	20	3	132,96 €	
	Baixo Alentejo	5 464	354	6,5%	262	81	10	1	135,59 €	
	Lezíria do Tejo	15 843	846	5,3%	489	318	36	3	182,24 €	
	Total	49 409	3 539	7,2%	2 383	1 006	131	19	162,35 €	
Algarve		44 545	3 618	8,1%	1 755	1 528	302	33	215,34 €	
RAA		14 653	1 218	8,3%	964	203	49	2	116,03 €	
RAM		16 723	2 460	14,7%	2 018	322	100	20	122,40 €	
Portugal		922 810	89 108	9,7%	52 960	29 327	5 474	1 347	190,20 €	

Nota: Pelo Decreto-lei n.º 321-B/90 de 15 de outubro, foi aprovado o Regime de Arrendamento Urbano (RAU), com entrada em vigor em novembro do mesmo ano. O RAU veio a alterar um conjunto de aspetos, destacando-se os seguintes: transmissão do contrato de arrendamento por morte do arrendatário, atualização extraordinária de rendas e novos critérios para a determinação do valor real dos fogos.

FIGURA 13 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual com contrato celebrado entre 1991 e 2005 por escalão de número de anos na residência (%), Portugal, 2021. Fonte: INE

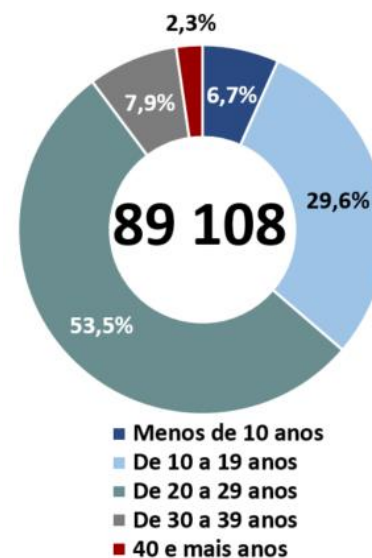
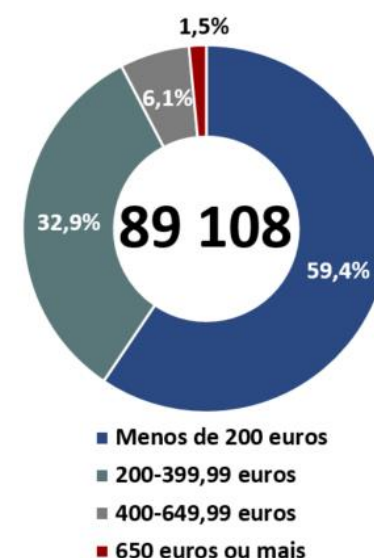


FIGURA 14 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com contrato celebrado entre 1991 e 2005 por escalão do valor mensal da renda (%), Portugal, 2021. Fonte: INE



- Registaram-se 89 108 alojamentos com contrato celebrado entre 1991 e 2005, no que se traduziu em 9,7% dos alojamentos arrendados apurados no último Censo. Nos Censos anteriores existiam 166 970 alojamentos em arrendamento (sem subarrendamento).
- 92,3% dos agregados nestas circunstâncias pagavam menos de 400€/mês e 53,5% residiam na habitação de entre 20 e 29 anos.
- 1,5% dos agregados detinham contratos a pagar 650€ ou mais.
- O escalão mediano das rendas foi de 150 a 199,99€ e o valor médio de 190,20€ (+52,5€ face às rendas antigas).

1.1.3. Contratos celebrados entre 2006 e 2011 (entre 10 e 15 anos)

TABELA 4 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com contrato celebrado entre 2006 e 2011 (N.º) por escalão do valor mensal da renda, por NUTS III, NUTS II e Portugal, 2021.
Fonte: INE

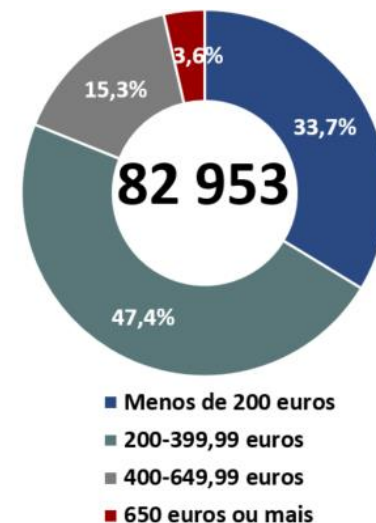
NUTS II	NUTS III	Total	Alojamentos familiares clássicos arrendados com contrato celebrado de 2006 a 2011						
			Total		Escalão do valor mensal da renda				Valor médio mensal das rendas
			N.º	%	Menos de 200€	De 200 a 399,99€	De 400 a 649,99€	650€ ou mais	
Norte	Alto Minho	13 534	1 346	9,9%	344	933	63	6	254,78 €
	Alto Tâmega	3 427	372	10,9%	166	200	4	2	201,21 €
	AMP	186 037	19 036	10,2%	7 414	8 859	2 379	384	251,46 €
	Ave	34 832	4 449	12,8%	1 827	2 454	152	16	225,70 €
	Cávado	27 256	2 915	10,7%	646	2 032	220	17	270,74 €
	Douro	9 621	1 069	11,1%	487	505	73	4	219,54 €
	Tâmega e Sousa	25 918	3 492	13,5%	1 853	1 585	47	7	201,57 €
	Terras de Trás-os-	5 627	592	10,5%	237	331	22	2	217,91 €
	Total	306 252	33 271	10,9%	12 974	16 899	2 960	438	242,42 €
Centro	Beira Baixa	4 834	409	8,5%	163	229	14	3	230,26 €
	Beiras e Serra da	13 736	1 574	11,5%	757	765	48	4	208,12 €
	Médio Tejo	13 508	1 046	7,7%	320	675	48	3	247,44 €
	Oeste	25 961	1 994	7,7%	459	1 312	205	18	277,57 €
	Região de Aveiro	25 323	2 174	8,6%	516	1 421	219	18	275,72 €
	Região de Coimbra	29 221	2 518	8,6%	746	1 372	366	34	273,77 €
	Região de Leiria	17 275	1 416	8,2%	302	977	124	13	281,02 €
	Viseu Dão Lafões	13 376	1 346	10,1%	387	848	106	5	258,18 €
	Total	143 234	12 477	8,7%	3 650	7 599	1 130	98	261,94 €
Alentejo	AML	347 994	25 338	7,3%	6 283	9 708	7 007	2 340	360,53 €
	Alentejo Central	13 350	1 205	9,0%	502	583	106	14	237,57 €
	Alentejo Litoral	6 304	487	7,7%	203	241	38	5	224,73 €
	Alto Alentejo	8 448	862	10,2%	453	360	45	4	197,49 €
	Baixo Alentejo	5 464	469	8,6%	233	213	22	1	194,70 €
	Lezíria do Tejo	15 843	1 234	7,8%	392	718	113	11	255,47 €
	Total	49 409	4 257	8,6%	1 783	2 115	324	35	228,45 €
	Algarve	44 545	3 922	8,8%	947	2 017	862	96	306,71 €
	RAA	14 653	1 939	13,2%	1 271	517	138	13	162,09 €
Portugal	RAM	16 723	1 749	10,5%	1 013	430	274	32	208,38 €
	Total	922 810	82 953	9,0%	27 921	39 285	12 695	3 052	281,16 €

Nota: A Lei n.º 6/2006 de 27 de fevereiro, aprova o Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU). O NRAU visou colmatar as dificuldades/ineficiências do anterior regime. As principais alterações introduzidas foram: possibilidade de denúncia de contrato por parte do senhorio em contratos por tempo indeterminado e atualização de rendas anteriores a 1990, mediante certas condições.

FIGURA 15 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com contrato celebrado entre 2006 e 2011 por escalão de números de anos na residência (%), Portugal, 2021. Fonte: INE



FIGURA 16 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com contrato celebrado entre 2006 e 2011 por escalão do valor mensal da renda (%), Portugal, 2021. Fonte: INE



- Registaram-se 82 953 alojamentos com contrato celebrado entre 2006 e 2011, já com o NRAU em vigor, no que se traduziu em 9,0% do total dos alojamentos arrendados. Nos Censos anteriores existiam, neste escalão, 343 001 alojamentos em arrendamento (sem subarrendamento).
- 47,4% das rendas situavam-se entre 200 e 400€.
- 81,1% das rendas neste escalão de época de celebração de contrato tinham valores inferiores a 400€ e 95,5% dos inquilinos residiam na habitação há menos de 19 anos.
- 3,6% dos agregados detinham contratos a pagar 650€ ou mais.
- O escalão mediano das rendas foi de entre 200 e 299,99€ e o valor médio de 281,16€ (+91€ face às rendas entre 2006 e 2011).

1.1.4. Contratos celebrados entre 2012 e 2016 (entre 5 e 9 anos)

TABELA 5 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com contrato celebrado entre 2012 e 2016 (N.º) por escalão do valor mensal da renda, por NUTS III, NUTS II e Portugal, 2021. Fonte: INE

NUTS II	NUTS III	Total	Alojamentos familiares clássicos arrendados com contrato celebrado de 2012 e 2016						Valor médio mensal das rendas
			Total		Escalão do valor mensal da renda				
			N.º	%	Menos de 200€	De 200 a 399,99€	De 400 a 649,99€	650€ ou mais	
Norte	Alto Minho	13 534	2 511	18,6%	418	1 855	219	19	284,44 €
	Alto Tâmega	3 427	681	19,9%	182	465	32	2	247,13 €
	AMP	186 037	36 467	19,6%	7 322	20 248	7 629	1 268	322,99 €
	Ave	34 832	6 769	19,4%	2 043	4 171	502	53	258,57 €
	Cávado	27 256	5 700	20,9%	710	4 137	755	98	309,99 €
	Douro	9 621	1 737	18,1%	559	992	176	10	259,08 €
	Tâmega e Sousa	25 918	5 189	20,0%	2 171	2 881	117	20	222,15 €
	Terras de Trás-os-Montes	5 627	993	17,6%	276	684	31	2	244,02 €
	Total	306 252	60 047	19,6%	13 681	35 433	9 461	1 472	300,15 €
Centro	Beira Baixa	4 834	866	17,9%	232	589	43	2	253,82 €
	Beiras e Serra da Estrela	13 736	2 520	18,3%	982	1 406	124	8	232,91 €
	Médio Tejo	13 508	2 511	18,6%	550	1 796	146	19	268,91 €
	Oeste	25 961	5 180	20,0%	680	3 713	708	79	310,42 €
	Região de Aveiro	25 323	5 039	19,9%	700	3 496	758	85	314,14 €
	Região de Coimbra	29 221	5 550	19,0%	885	3 416	1 129	120	321,04 €
	Região de Leiria	17 275	3 354	19,4%	486	2 445	396	27	300,48 €
	Viseu Dão Lafões	13 376	2 624	19,6%	500	1 766	337	21	291,47 €
	Total	143 234	27 644	19,3%	5 015	18 627	3 641	361	297,62 €
Alentejo	AML	347 994	69 813	20,1%	7 434	31 449	22 504	8 426	423,55 €
	Alentejo Central	13 350	2 451	18,4%	699	1 339	374	39	283,57 €
	Alentejo Litoral	6 304	1 068	16,9%	230	651	155	32	303,54 €
	Alto Alentejo	8 448	1 543	18,3%	622	839	76	6	226,59 €
	Baixo Alentejo	5 464	946	17,3%	291	572	71	12	256,77 €
	Lezíria do Tejo	15 843	3 078	19,4%	578	2 128	347	25	290,24 €
	Total	49 409	9 086	18,4%	2 420	5 529	1 023	114	275,71 €
Algarve		44 545	9 406	21,1%	953	5 579	2 553	321	358,40 €
RAA		14 653	2 819	19,2%	957	1 389	432	41	265,05 €
RAM		16 723	2 738	16,4%	756	1 112	761	109	320,61 €
Portugal		922 810	181 553	19,7%	31 216	99 118	40 375	10 844	348,77 €

Nota: Com a Lei n.º 31/2012, de 12 de novembro, procedeu-se à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, introduzindo várias medidas destinadas a dinamizar o mercado do arrendamento, especialmente aspetos relacionados com os contratos anteriores a 1990, a realização de obras de reabilitação em imóveis arrendados e facilitar o procedimento de despejo.

FIGURA 17 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com contrato celebrado entre 2012 e 2016 por escalão do valor mensal da renda (%), Portugal, 2021. Fonte: INE

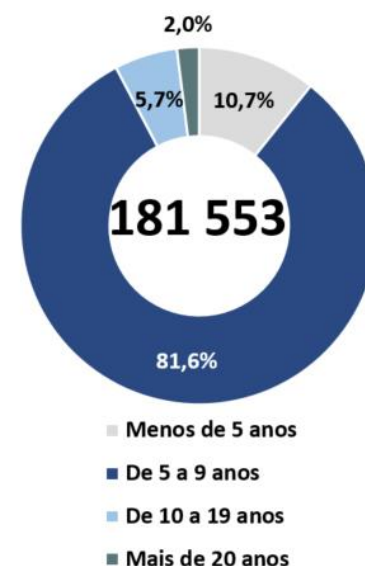
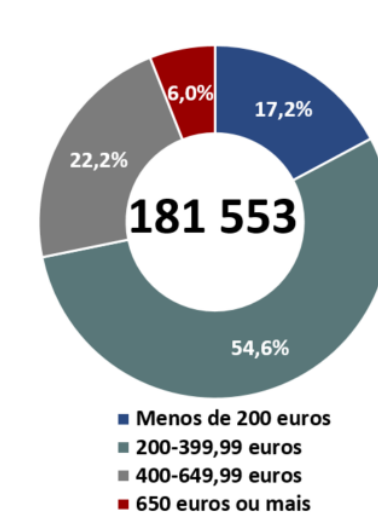


FIGURA 18 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com contrato celebrado entre 2012 e 2016 por escalão de número de anos na residência (%), Portugal, 2021. Fonte: INE



- Registaram-se 181 553 alojamentos com contrato celebrado entre 2012 e 2016, no que se traduziu em 19,7% do total dos alojamentos arrendados.
- 81,6% dos inquilinos residiam na habitação de entre 5 e 9 anos.
- Em 54,6% dos alojamentos, as rendas situavam-se entre 200 e 400€.
- 28,2% das rendas neste escalão de época de celebração de contrato eram superiores a 400€ (+ 9,3 p.p. que nos contratos celebrados entre 2006 e 2011).
- O escalão mediano das rendas foi de 300 a 399,99€ e o valor médio de 348,77€ (+67,61€ comparativamente aos contratos celebrados entre 2006 e 2011).

1.1.5. Contratos celebrados entre 2017 e 2021 (inferiores a 4 anos)

TABELA 6 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com contrato celebrado entre 2017 e 2021 (N.º) por escalão do valor mensal da renda, por NUTS III, NUTS II e Portugal, 2021. Fonte: INE

NUTS II	NUTS III	Total	Alojamentos familiares clássicos arrendados com contrato celebrado de 2017 e 2021						
			Total		Escalão do valor mensal da renda				Valor médio mensal das rendas
			N.º	%	Menos de 200€	De 200 a 399,99€	De 400 a 649,99€	650€ ou mais	
Norte	Alto Minho	13 534	7 202	53,2%	654	5 011	1 355	182	337,83 €
	Alto Tâmega	3 427	1 752	51,1%	383	1 232	119	18	270,41 €
	AMP	186 037	71 512	38,4%	8 626	27 485	26 532	8 869	431,73 €
	Ave	34 832	12 426	35,7%	2 514	7 418	2 178	316	312,45 €
	Cávado	27 256	13 253	48,6%	895	6 591	4 706	1 061	413,28 €
	Douro	9 621	4 511	46,9%	1 122	2 653	682	54	289,94 €
	Tâmega e Sousa	25 918	10 391	40,1%	3 280	6 388	646	77	255,65 €
	Terras de Trás-os-Montes	5 627	3 018	53,6%	661	2 048	284	25	277,93 €
	Total	306 252	124 065	40,5%	18 135	58 826	36 502	10 602	386,44 €
Centro	Beira Baixa	4 834	2 619	54,2%	553	1 689	354	23	294,59 €
	Beiras e Serra da Estrela	13 736	6 476	47,1%	1 852	4 041	527	56	265,56 €
	Médio Tejo	13 508	7 483	55,4%	1 222	5 173	968	120	305,20 €
	Oeste	25 961	14 610	56,3%	1 242	8 947	3 814	607	365,85 €
	Região de Aveiro	25 323	14 046	55,5%	1 287	7 803	4 314	642	375,42 €
	Região de Coimbra	29 221	15 960	54,6%	1 746	8 783	4 687	744	368,75 €
	Região de Leiria	17 275	10 428	60,4%	1 073	6 296	2 799	260	354,17 €
	Viseu Dão Lafões	13 376	7 417	55,5%	1 027	4 515	1 659	216	337,89 €
	Total	143 234	79 039	55,2%	10 002	47 247	19 122	2 668	347,65 €
Alentejo	AML	347 994	150 673	43,3%	9 712	41 639	55 618	43 704	555,21 €
	Alentejo Central	13 350	6 162	46,2%	1 188	3 460	1 311	203	327,96 €
	Alentejo Litoral	6 304	3 598	57,1%	511	1 989	903	195	361,71 €
	Alto Alentejo	8 448	3 851	45,6%	1 165	2 348	316	22	259,92 €
	Baixo Alentejo	5 464	3 078	56,3%	647	1 974	422	35	294,89 €
	Lezíria do Tejo	15 843	8 667	54,7%	1 052	5 592	1 853	170	335,50 €
	Total	49 409	25 356	51,3%	4 563	15 363	4 805	625	320,98 €
Algarve		44 545	23 140	51,9%	1 411	8 512	10 088	3 129	466,42 €
RAA		14 653	8 059	55,0%	1 259	4 329	2 181	290	346,97 €
RAM		16 723	7 244	43,3%	920	2 526	3 019	779	429,00 €
Portugal		922 810	417 576	45,3%	46 002	178 442	131 335	61 797	440,43 €

Nota: Em Portugal, à data dos Censos 2021, existiam 78 138 agregados com renda mensal de 650€ ou mais.

Das rendas com 650€ ou mais, 79,1% corresponderam a contratos entre 2017 e 2021.

FIGURA 19 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com contrato celebrado entre 2017 e 2021 por escalão do número de anos na residência (%), Portugal, 2021. Fonte: INE

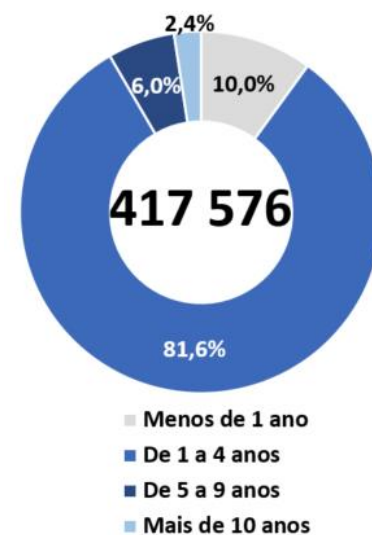
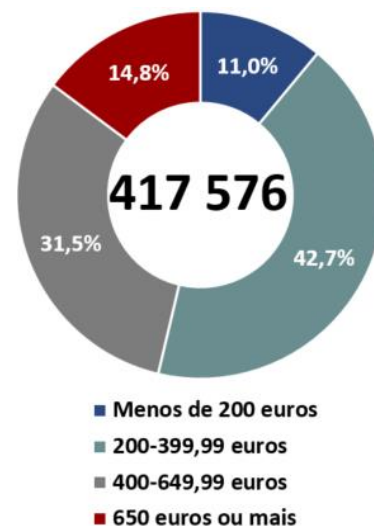


FIGURA 20 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com contrato celebrado entre 2017 e 2021 por escalão do valor mensal da renda (%), Portugal, 2021. Fonte: INE



- Registaram-se 417 576 alojamentos com contrato celebrado entre 2017 e 2021, no que se traduziu em 45,3 % do total dos alojamentos arrendados.
- 91,6% dos inquilinos residiam na habitação há menos de 5 anos.
- 46,3% das rendas neste escalão tinham valores superiores a 400€.
- 53,2% dos contratos de arrendamento celebrados entre 2017 e 2021 encontravam-se nas Áreas Metropolitanas (36,1% na AML e 17,1% na AMP).
- O valor médio das rendas, à data dos Censos 2021, foi de 440,43€ (+91,66 euros face aos contratos celebrados entre 2012 e 2016, e +302,73 euros face aos contratos anteriores a 1990).
- Na AML registou-se o maior número de alojamentos com rendas superiores a 650€ (43 704 alojamentos) e um valor médio de 555,21€.

FIGURA 21 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com contrato celebrado entre 2017 e 2021 por escalão do valor mensal da renda (%), por NUTS III e Portugal, 2021. Fonte: INE

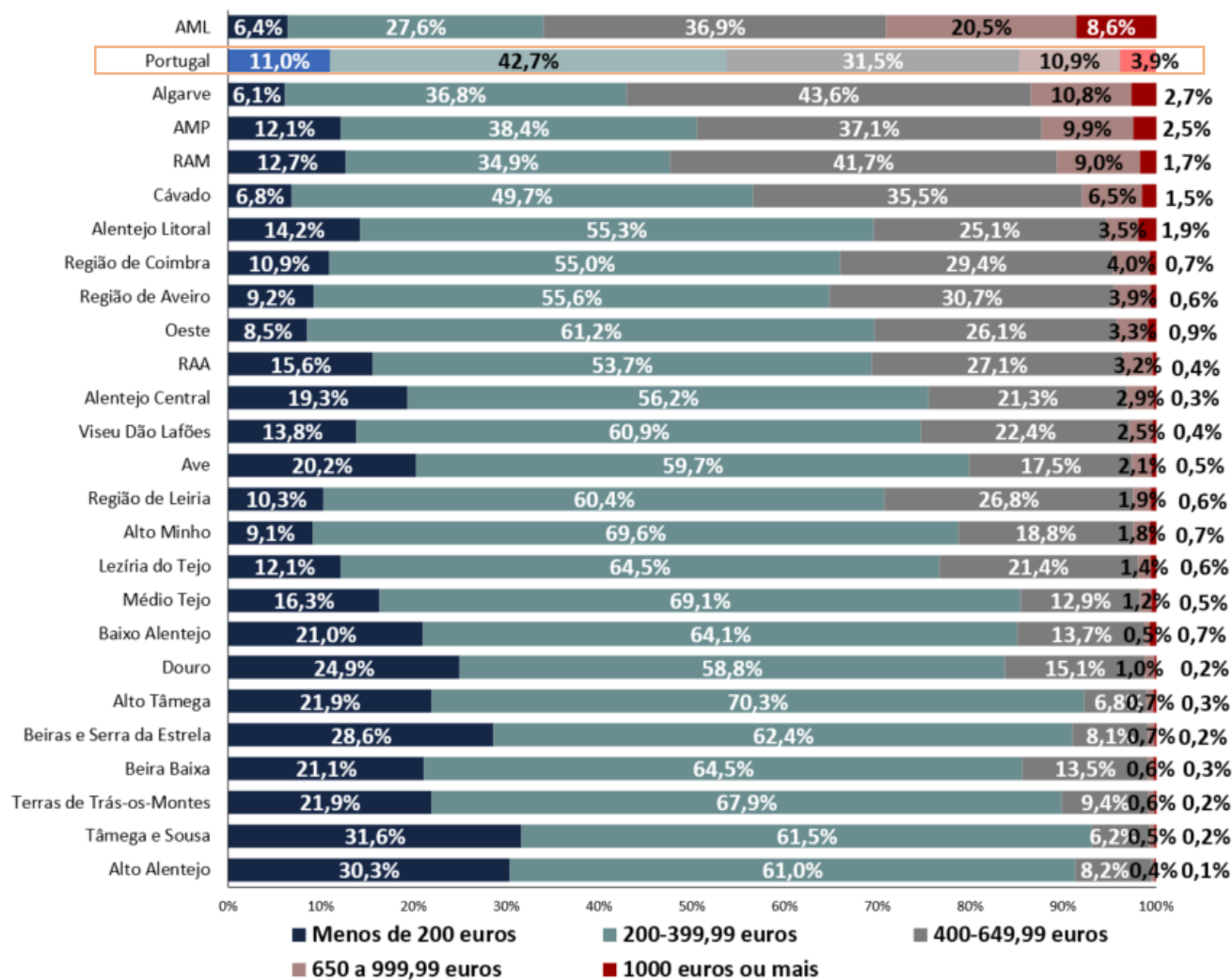
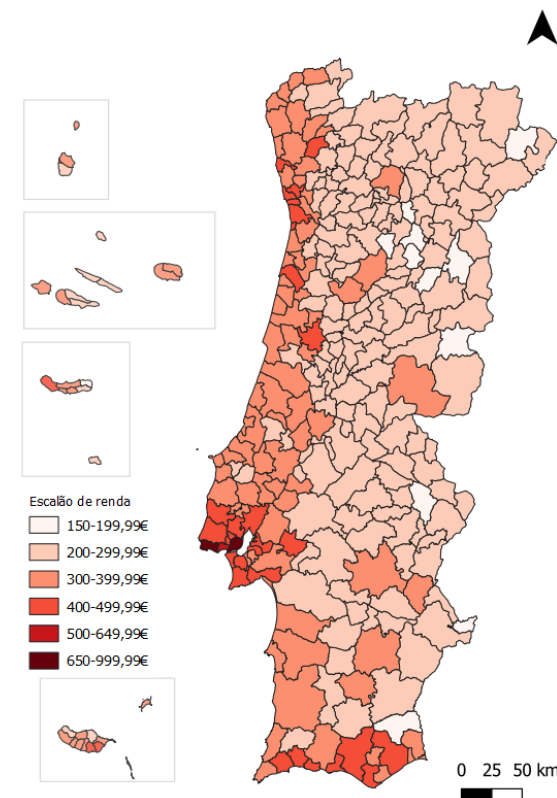


FIGURA 22 – Escalão mediano das rendas referentes a contratos de arrendamento celebrados entre 2017 e 2021 por município, 2021. Fonte: INE



Em Portugal, o escalão mediano das rendas nos contratos celebrados entre 2017 e 2021 está compreendido entre 300 e 399,99€.

Em geral, verificou-se um escalão mediano de rendas superior no litoral, com predominância nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e no Algarve.

Na AML, os municípios de Lisboa e Cascais tinham, à data dos Censos 2021, um escalão mediano entre 650 e 999,99€ e o município de Oeiras entre 500 e 649,99€.

1.2. Por escalão de área útil

TABELA 7 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual por regime de ocupação e escalão de área útil (N.º), Portugal, 2021. Fonte: INE

Escalão de área útil	Alojamentos familiares clássicos de residência habitual						
	Total	Propriedade ou copropriedade		Arrendamento ou subarrendamento		Outra situação	
	N.º	N.º	Peso	N.º	Peso	N.º	Peso
	(1)	(2)	(2)/(1)	(3)	(3)/(1)	(4)	(4)/(1)
Menos de 30 m²	63 269	17 476	27,6%	36 170	57,2%	9 623	15,2%
30 m² - 39 m²	122 829	39 776	32,4%	67 798	55,2%	15 255	12,4%
40 m² - 49 m²	175 651	69 267	39,4%	86 523	49,3%	19 861	11,3%
50 m² - 59 m²	250 364	112 309	44,9%	111 589	44,6%	26 466	10,6%
60 m² - 79 m²	595 976	333 470	56,0%	207 523	34,8%	54 983	9,2%
80 m² - 99 m²	812 997	552 703	68,0%	193 969	23,9%	66 325	8,2%
100 m² - 119 m²	740 779	567 539	76,6%	119 849	16,2%	53 391	7,2%
120 m² - 149 m²	602 442	506 613	84,1%	60 072	10,0%	35 757	5,9%
150 m² - 199 m²	420 263	373 933	89,0%	24 790	5,9%	21 540	5,1%
200 m² ou mais	358 011	327 007	91,3%	14 527	4,1%	16 477	4,6%
Total	4 142 581	2 900 093	70,0%	922 810	22,3%	319 678	7,7%

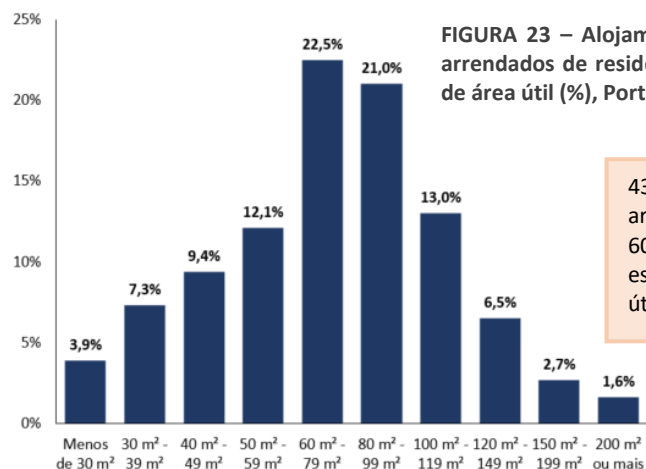


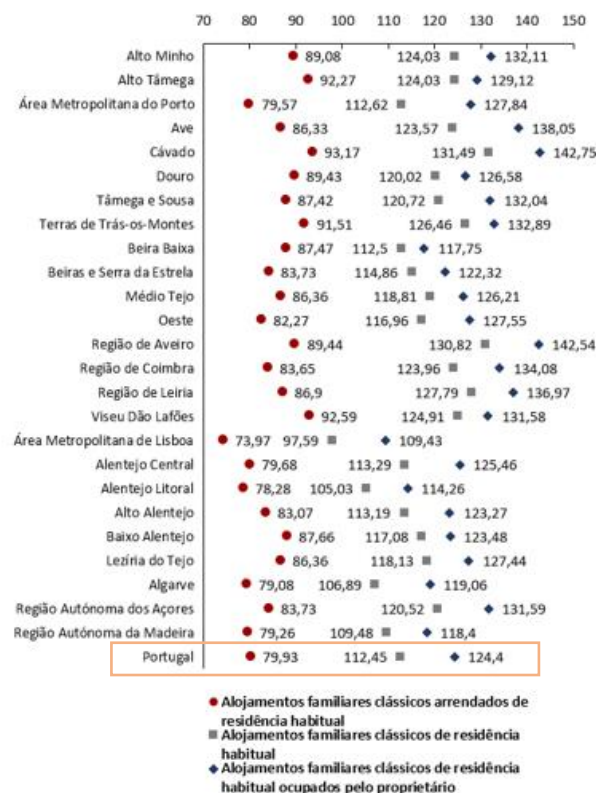
FIGURA 23 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual por escalão de área útil (%), Portugal, 2021. Fonte: INE

43,5% dos alojamentos arrendados tinham entre 60 e 99 m² de área útil, e o escalão mediano da área útil foi de 60 m² a 79 m².

Nota 1: De acordo com o Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), um T0 corresponde a, pelo menos, uma área bruta de 35 m², um T1 corresponde a 52 m², um T2 a 72 m², um T3 a 91 m², um T4 a 105 m², um T5 a 122 m² e T6 ou uma tipologia superior a 134 m².

Nota 2: Para comparar a área útil com o limite das tipologias definido pelo RGEU assumiu-se que a área útil era 80% da área bruta.

FIGURA 24 – Superfície média útil (m²) dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual por regime de ocupação (propriedade/copropriedade ou arrendamento/ subarrendamento), por NUTS III e Portugal, 2021. Fonte: INE



Está associado ao arrendamento alojamentos com menor área útil, uma vez que o peso do arrendamento nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual com área útil até 40 m² supera os 55% (em propriedade /copropriedade está na casa dos 30%). Por outro lado, o regime de propriedade tem associadas áreas maiores, atingindo 91,3% dos alojamentos com área útil superior a 200m² (e em arrendamento a percentagem é de 4,1%).

Nos fogos em arrendamento, em Portugal, a superfície média útil, era de 79,93m² (-44,7 m² que os alojamentos ocupados pelo proprietário).

A AML, o Alentejo Litoral e Central, o Algarve e a Região Autónoma da Madeira registaram as menores áreas, enquanto o Cávado foi a região com maior área útil, em arrendamento.

Observa-se que em termos de área média útil os alojamentos arrendados têm menores valores face aos ocupados pelos proprietários.

A maior amplitude foi registada na Região de Aveiro (53,1m²).

Nota 3: Fórmula de cálculo para o valor da superfície média útil (m²): (Área útil com menos de 30 m²×15 m²+ Área útil de 30 m² a 39 m²×34,5 m²+ Área útil de 40 m² a 49 m²×44,5 m²+Área útil de 50 m² a 59 m²×44,5 m²+ Área útil de 60 m² a 79 m²×69,5 m²+ Área útil de 80 m² a 99 m²×89,5 m²+ Área útil de 100 m² a 119 m²×109,5 m²+ Área útil de 120 m² a 149 m²×134,5 m²+ Área útil de 150 m² a 199 m²×174,5 m²+ Área útil de de 200 m² ou mais×250 m²)/ Alojamentos familiares clássicos de residência habitual).

1.3. Por escalão de divisões

TABELA 8 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual por regime de ocupação e escalão de divisões (N.º), Portugal, 2021. Fonte: INE

Escalão de divisões	Alojamentos familiares clássicos de residência habitual						
	Total	Propriedade ou copropriedade		Arrendamento ou subarrendamento		Outra situação	
	N.º	N.º	Peso	N.º	Peso	N.º	Peso
	(1)	(2)	(2)/(1)	(3)	(3)/(1)	(4)	(4)/(1)
1 divisão	17 542	3 046	17,4%	10 958	62,5%	3 538	20,2%
2 divisões	109 008	40 607	37,3%	53 848	49,4%	14 553	13,4%
3 divisões	428 644	193 581	45,2%	188 585	44,0%	46 478	10,8%
4 divisões	1 254 622	784 649	62,5%	364 773	29,1%	105 200	8,4%
5 divisões	1 295 053	992 866	76,7%	213 424	16,5%	88 763	6,9%
6 divisões ou mais	1 037 712	885 344	85,3%	91 222	8,8%	61 146	5,9%
Total	4 142 581	2 900 093	70,0%	922 810	22,3%	319 678	7,7%

- O arrendamento tem maior peso nos alojamentos com menos divisões, consequentemente no regime de propriedade ganha maior expressão alojamentos com mais divisões.
- 62,5% dos alojamentos em regime de propriedade/copropriedade tinham 4 ou 5 divisões e 29,1% em arrendamento, aumentando essa percentagem à medida que sobem o número de divisões face ao arrendamento.
- 7,02% dos alojamentos arrendados no país tinham no máximo 2 divisões, encontrando-se a maior expressão de arrendamentos no escalão 3 a 5 divisões (83% do total dos arrendados).
- Dos alojamentos arrendados, a região da Beira Baixa registou mais alojamentos com pelo menos 5 divisões, por outro lado, a Região Autónoma da Madeira registou precisamente o oposto.
- O escalão mediano do número de divisões correspondeu a 4 divisões em todas as regiões, por exemplo corresponderá a cozinha, sala e 2 quartos (T2).

Nota: De acordo com a metainformação constante do site do INE, considera-se uma divisão como um espaço num alojamento delimitado por paredes tendo pelo menos 4 m² de área e 2 metros de altura, na sua maior parte. Podendo embora satisfazer as condições definidas, não são consideradas como tal corredores, varandas, marquises, casas de banho, despensas, vestíbulos e a cozinha se tiver menos de 4 m².

FIGURA 25 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual por escalão de divisões (%), por NUTS III e Portugal, 2021. Fonte: INE

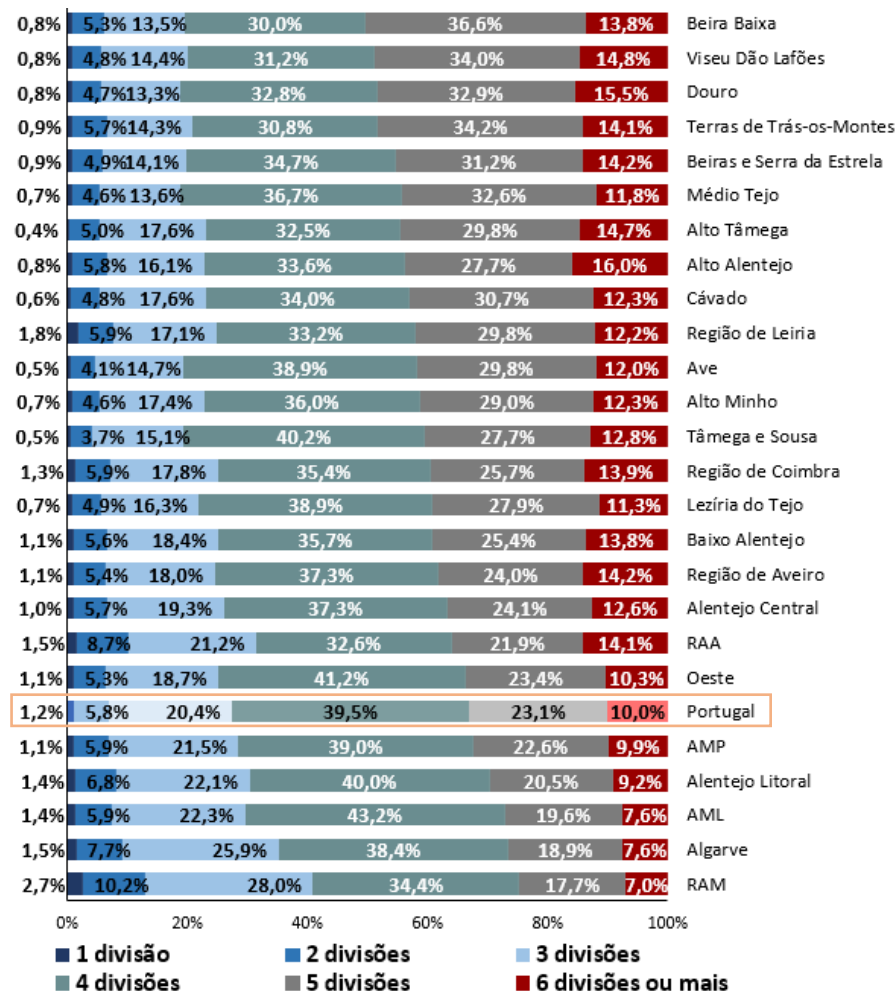


FIGURA 26 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com 1 divisão, por escalão de renda (%), Portugal, 2021. Fonte: INE

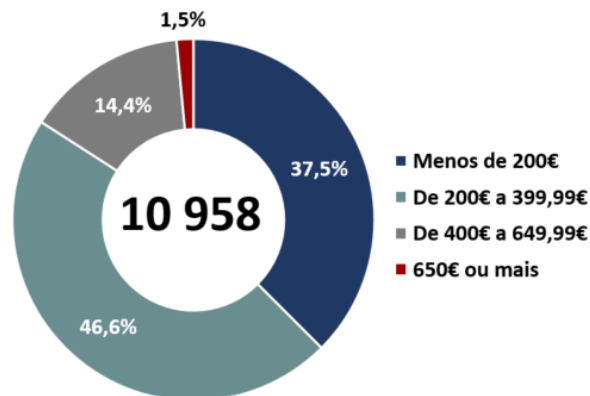


FIGURA 27 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com 2 divisões por escalão de renda (%), Portugal, 2021. Fonte: INE

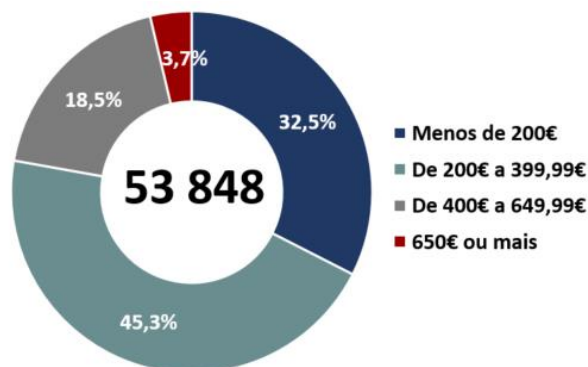


FIGURA 28 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com 3 divisões por escalão de renda (%), Portugal, 2021. Fonte: INE

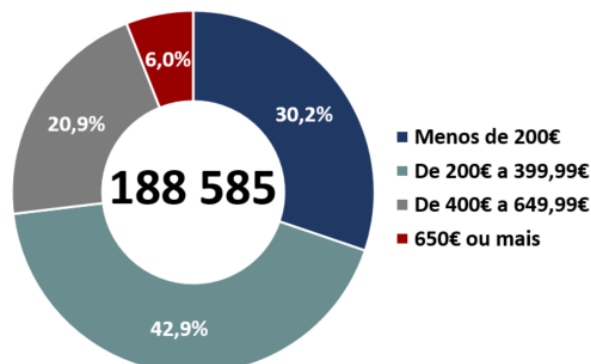


FIGURA 29 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com 4 divisões por escalão de renda (%), Portugal, 2021. Fonte: INE

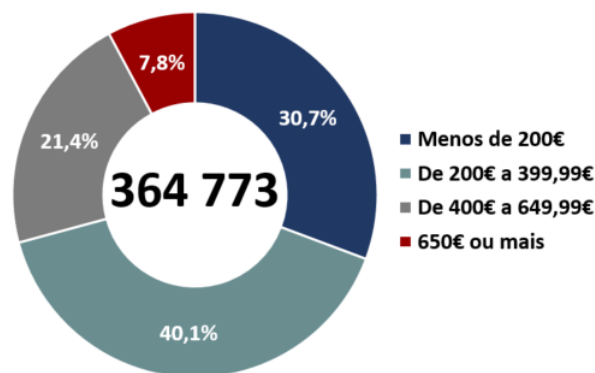


FIGURA 30 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com 5 divisões por escalão de renda (%), Portugal, 2021. Fonte: INE

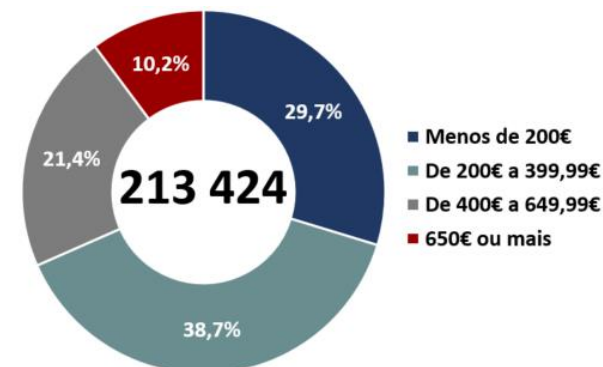
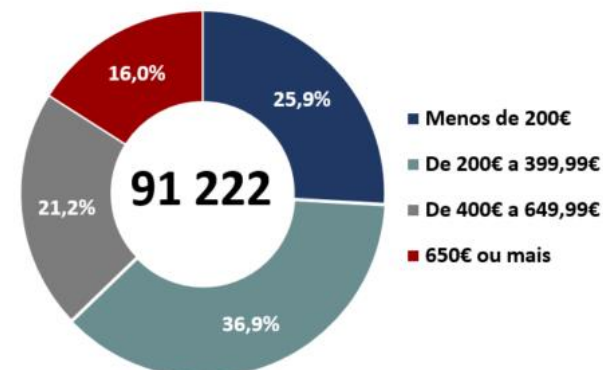


FIGURA 31 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com 6 ou mais divisões por escalão de renda (%), Portugal, 2021. Fonte: INE



Verifica-se uma prevalência do escalão de renda entre 200€ e 400 €, independentemente do número de divisões do locado, assumido este escalão percentagens entre 36,9% e 46,6% do total. Denota-se uma certa inelasticiade do valor de renda (escalão) em função do número de divisões do alojamento arrendado. No entanto, no escalão de renda superior a 650€ verifica-se um maior ajustamento do preço em função do número de divisões do locado.

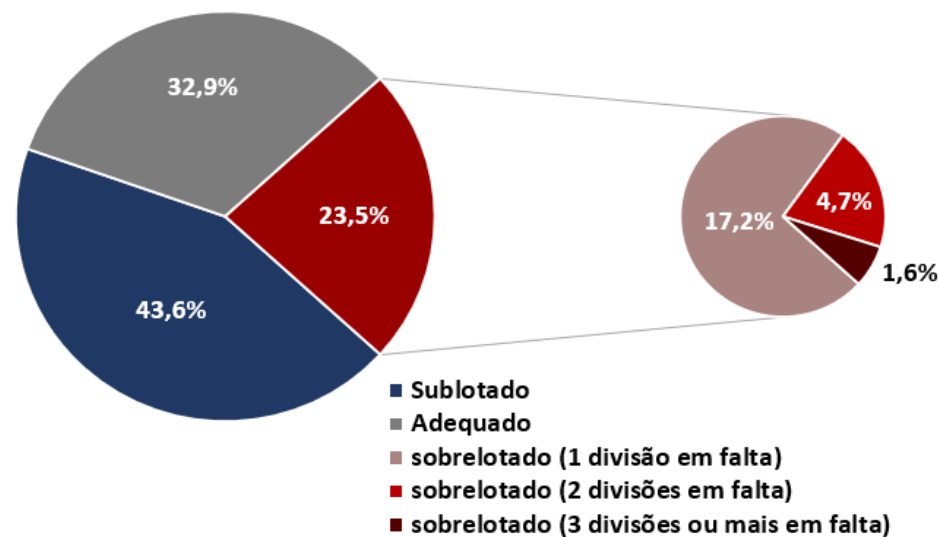
1.4. Por lotação

TABELA 9 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados (N.º) por índice de lotação, por NUTS III, NUTS II e Portugal, 2021. Fonte: INE

NUTS II	NUTS III	Alojamentos	Alojamentos sublotados	Alojamentos adequados	Alojamentos sobrelotados
Norte	Alto Minho	13 534	6 747	4 277	2 510
	Alto Tâmega	3 427	1 727	1 118	582
	AMP	186 037	80 939	63 796	41 302
	Ave	34 832	17 793	10 751	6 288
	Cávado	27 256	12 879	8 870	5 507
	Douro	9 621	5 375	2 668	1 578
	Tâmega e Sousa	25 918	12 200	8 283	5 435
	Terras de Trás-os-Montes	5 627	2 967	1 566	1 094
	Total	306 252	140 627	101 329	64 296
Centro	Beira Baixa	4 834	2 812	1 303	719
	Beiras e Serra da Estrela	13 736	8 099	3 740	1 897
	Médio Tejo	13 508	7 460	3 834	2 214
	Oeste	25 961	11 877	8 428	5 656
	Região de Aveiro	25 323	12 035	8 019	5 269
	Região de Coimbra	29 221	15 123	9 031	5 067
	Região de Leiria	17 275	8 581	5 253	3 441
	Viseu Dão Lafões	13 376	7 383	3 804	2 189
	Total	143 234	73 370	43 412	26 452
Alentejo	AML	347 994	138 501	119 015	90 478
	Alentejo Central	13 350	6 733	4 270	2 347
	Alentejo Litoral	6 304	2 439	1 967	1 898
	Alto Alentejo	8 448	4 575	2 502	1 371
	Baixo Alentejo	5 464	2 618	1 654	1 192
	Lezíria do Tejo	15 843	7 841	4 883	3 119
	Total	49 409	24 206	15 276	9 927
Algarve	Algarve	44 545	15 828	14 891	13 826
	RAA	14 653	5 365	4 394	4 894
	RAM	16 723	4 771	5 483	6 469
Portugal		922 810	402 668	303 800	216 342

Nota: Nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual, à data dos Censos 2021, 63,6% dos alojamentos encontravam-se sublotados, 23,7% com lotação adequada e 12,7% sobrelotados.

FIGURA 32 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados por índice de lotação (%), Portugal, 2021. Fonte: INE



Segundo os Censos 2021

- 43,6% dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados encontravam-se sublotados (-20 p.p que nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual).
- 32,9% dos alojamentos eram adequados (+9,2 p.p que nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual).
- 23,5% dos alojamentos estavam sobrelotados (+10,8 p.p que nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual).

1.4.1. Lotação por época de celebração de contrato de arrendamento

FIGURA 33 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados com contrato celebrado antes de 1990 (inclusive) por índice de lotação (%), Portugal, 2021. Fonte: INE

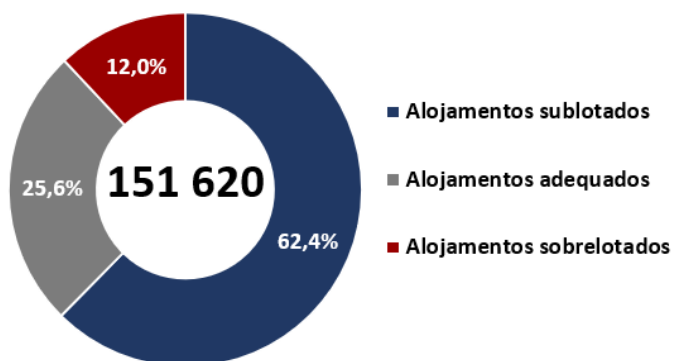


FIGURA 34 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados com contrato celebrado de 1991 a 2005 por índice de lotação (%), Portugal, 2021. Fonte: INE

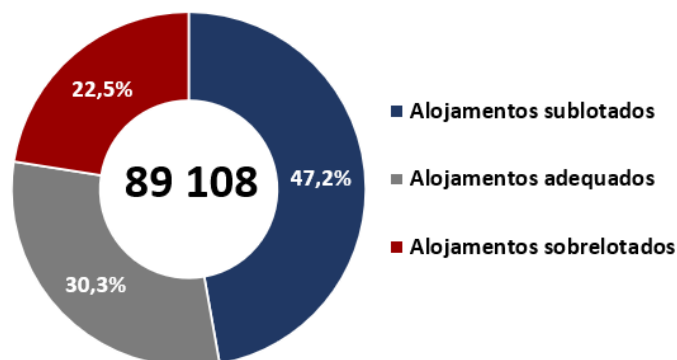


FIGURA 35 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados com contrato celebrado de 2006 a 2011 por índice de lotação (%), Portugal, 2021. Fonte: INE

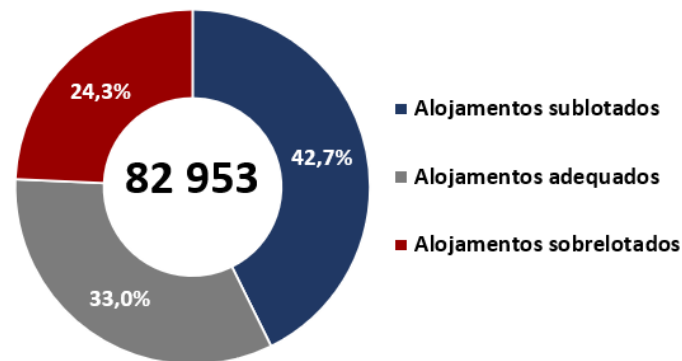


FIGURA 36 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados com contrato celebrado de 2012 a 2016 por índice de lotação (%), Portugal, 2021. Fonte: INE

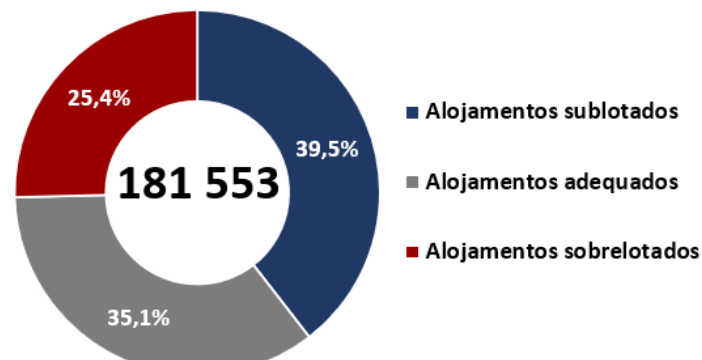
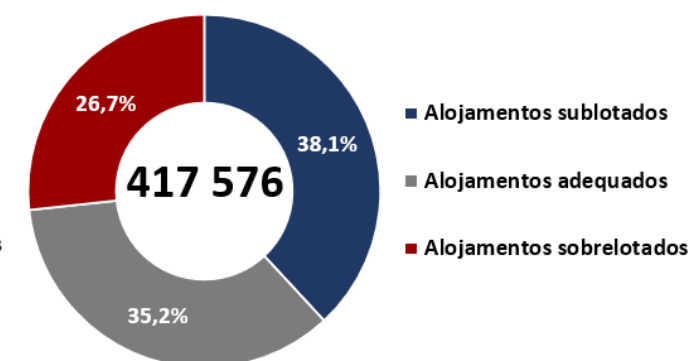


FIGURA 37 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados com contrato celebrado de 2017 a 2021 por índice de lotação (%), Portugal, 2021. Fonte: INE



- Nos contratos mais recentes existe uma menor percentagem de alojamentos com excesso de divisões (-24,3 p.p que os contratos celebrados até 1990).
- Existe uma correlação negativa entre a época de celebração de contrato e a sublotação, quanto mais antigo é o contrato maior é a percentagem de alojamentos sublotados.
- Por outro lado, a sobrelotação cresce nos contratos mais recentes.
- Se tivermos em conta a adequação do locado à dimensão do agregado, verifica-se que em função da data do contrato tem havido um ajustamento dessa relação, ou seja, contratos mais antigos têm menor adequabilidade.

1.4.2. Distribuição dos alojamentos por índice de lotação

FIGURA 38 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados por índice de lotação (%), por NUTS III e Portugal, 2021. Fonte: INE

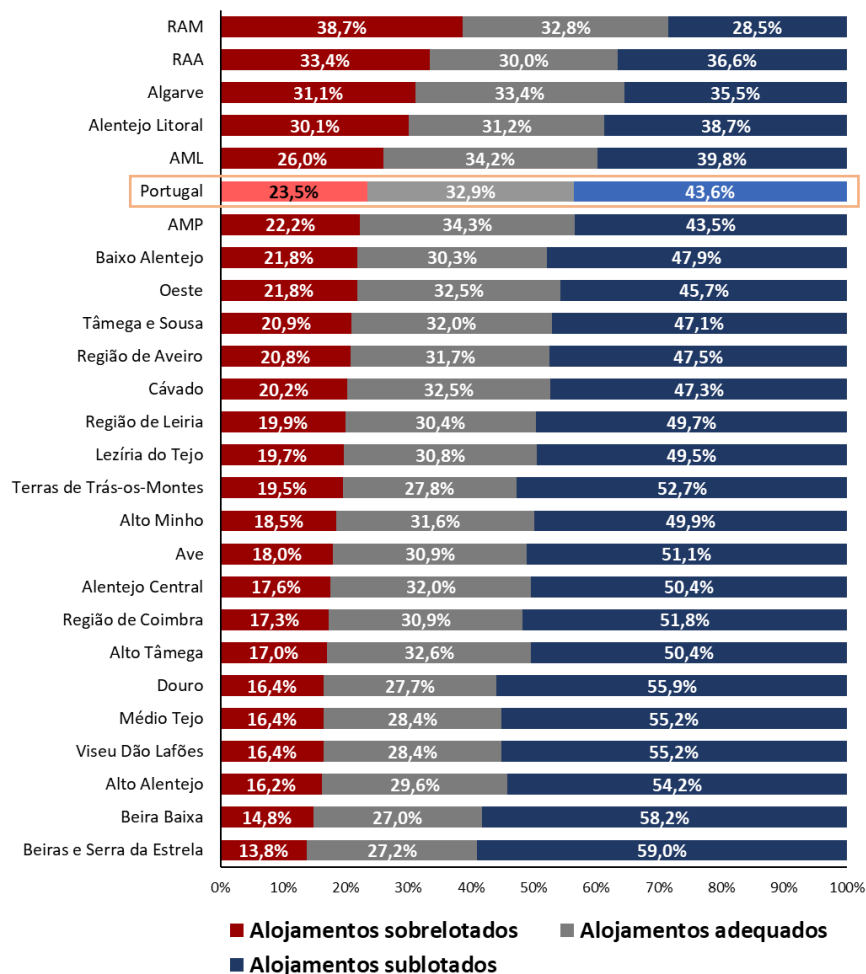
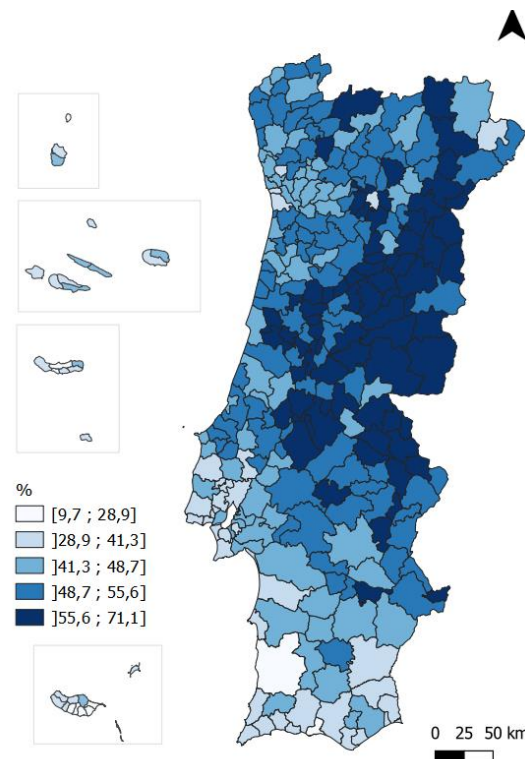
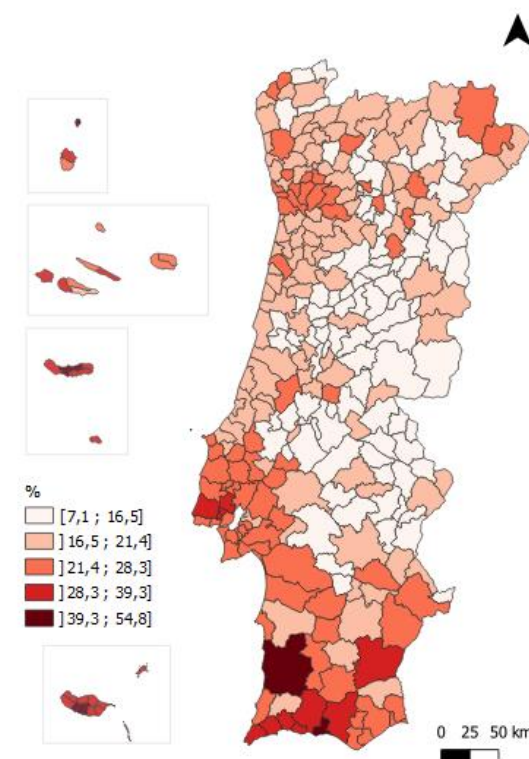


FIGURA 39 – Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados sublotados por município, 2021. Fonte: INE



Em termos de sublotação, verifica-se a predominância do interior. No município de Figueira de Castelo Rodrigo existiam 71,1% alojamentos arrendados com divisões em excesso, seguido dos municípios do Crato (65,9%), Pampilhosa da Serra (65,7%), Torre de Moncorvo (64,8%) e Penalva do Castelo (64,4%).

FIGURA 40 – Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados sobrelotados por município, 2021. Fonte: INE



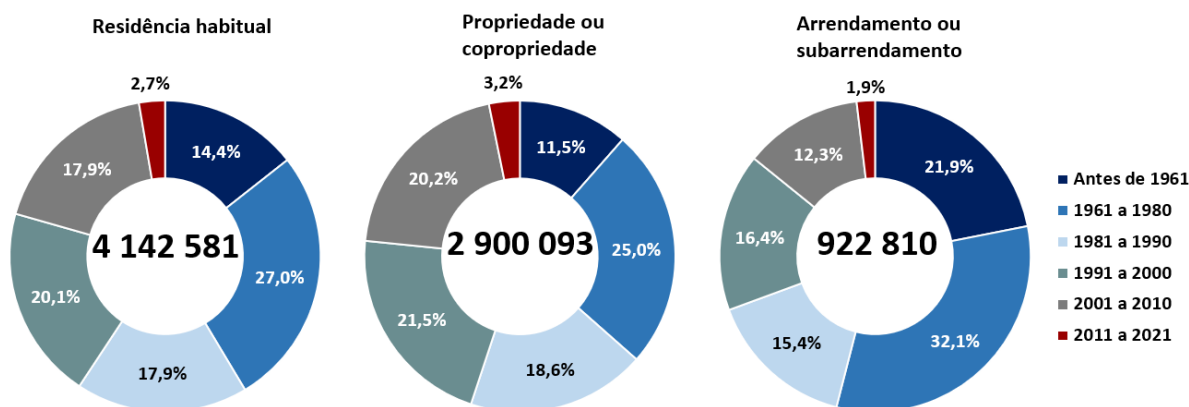
A sobrelotação é mais expressiva no sul de Portugal e Regiões Autónomas. No município do Corvo existiam 54,8% alojamentos arrendados com divisões em falta. Seguiu-se Lagoa-Açores (49,0%), Câmara de Lobos (47,9%), Odemira (46,2%), Ribeira Grande (46,0%), Ribeira Brava (45,6%) e Albufeira (44,3%).

1.5. Por época de construção

TABELA 10 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual por regime de ocupação e época de construção, Portugal, 2021. Fonte: INE

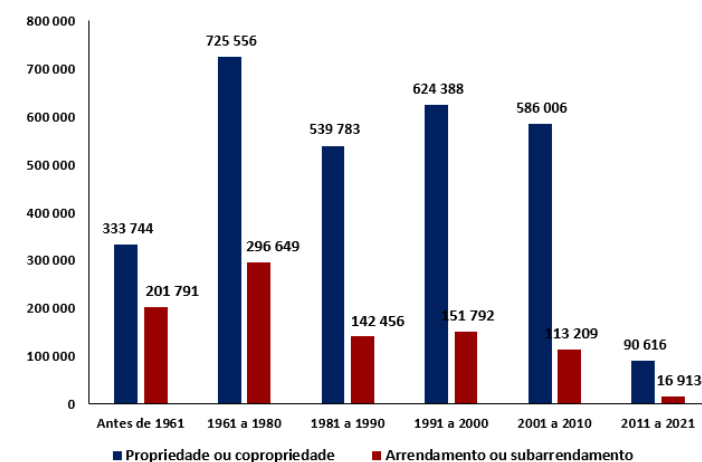
Época de construção	Alojamentos familiares clássicos de residência habitual						
	Total	Propriedade ou copropriedade		Arrendamento ou subarrendamento		Outra situação	
	N.º	N.º	Peso	N.º	Peso	N.º	Peso
	(1)	(2)	(2)/(1)	(3)	(3)/(1)	(4)	(4)/(1)
Antes de 1961	594 684	333 744	56,1%	201 791	33,9%	59 149	9,9%
1961 a 1980	1 117 298	725 556	64,9%	296 649	26,6%	95 093	8,5%
1981 a 1990	742 541	539 783	72,7%	142 456	19,2%	60 302	8,1%
1991 a 2000	832 603	624 388	75,0%	151 792	18,2%	56 423	6,8%
2001 a 2010	741 242	586 006	79,1%	113 209	15,3%	42 027	5,7%
2011 a 2021	114 213	90 616	79,3%	16 913	14,8%	6 684	5,9%
Total	4 142 581	2 900 093	70,0%	922 810	22,3%	319 678	7,7%

FIGURA 41 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (total, propriedade ou copropriedade e arrendamento ou subarrendamento) por época de construção, Portugal, 2021. Fonte: INE



2,7% dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual tinham época de construção entre 2011 e 2021, ou seja, menos de 10 anos, e 59,3% dos alojamentos tinham mais de 30 anos.

FIGURA 42 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual em regime de arrendamento ou subarrendamento vs. Propriedade ou copropriedade por época de construção, Portugal, 2021. Fonte: INE



Dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual, 22,3%, à data dos Censos 2021, encontravam-se em arrendamento, os quais apresentavam como época de construção mais expressiva entre 1961 e 1980, ou seja, de entre 40 e 60 anos.

Os alojamentos arrendados com menos de 10 anos totalizaram 16 913 à data dos Censos 2021, representando 14,8% dos alojamentos com época de construção entre 2011 e 2021.

Da análise ao parque habitacional arrendado, por época de construção, constata-se:

- 54% dos alojamentos tinham sido construídos antes de 1981 (+17,5 p.p relativamente ao regime de propriedade e + 12,6 p.p relativamente aos alojamentos de residência habitual).
- 1,9% dos alojamentos tinham sido construídos na última década censitária (-1,3 p.p que o regime de propriedade e - 0,8% relativamente aos alojamentos de residência habitual).

FIGURA 43 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados por época de construção (%), por NUTS III e Portugal, 2021. Fonte: INE

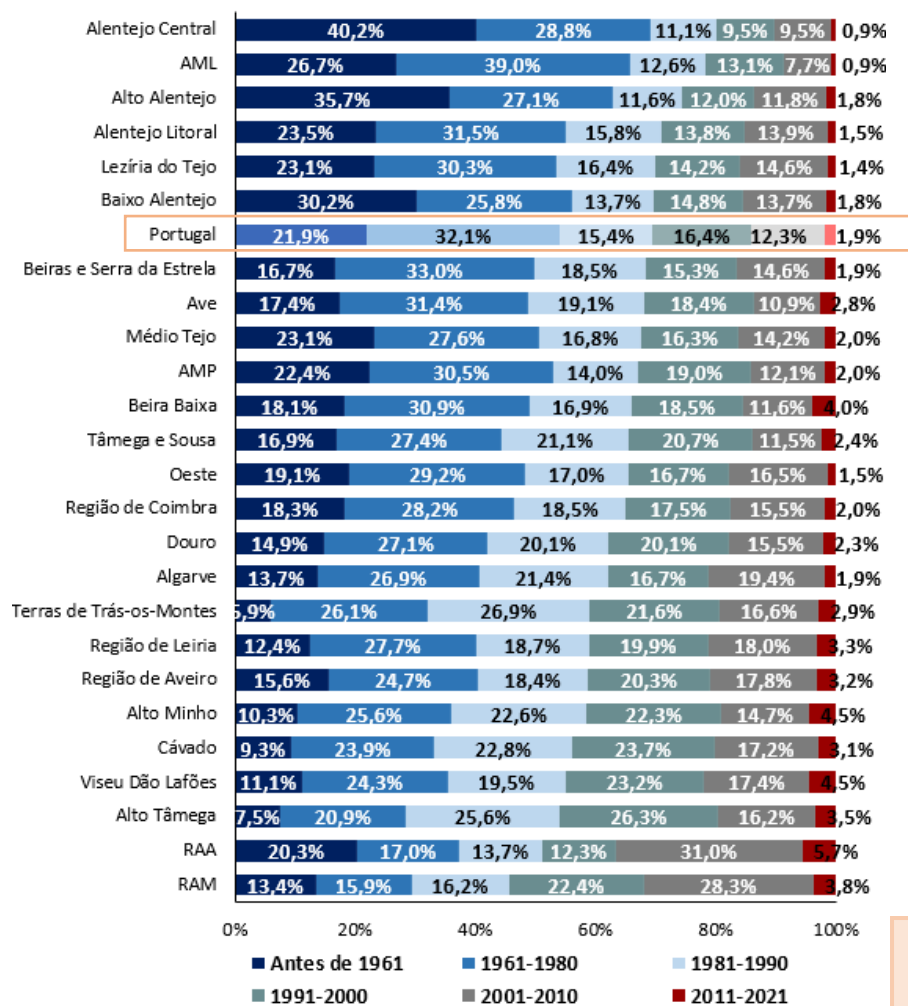
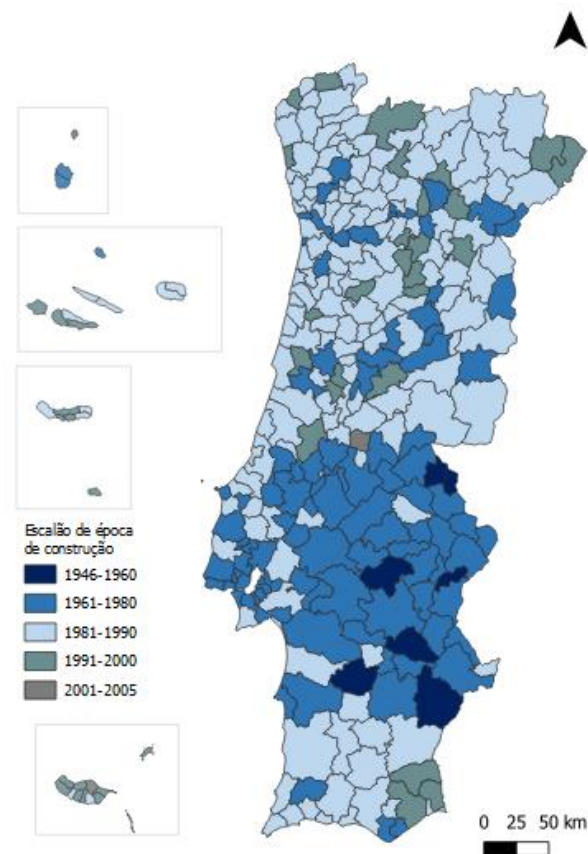


FIGURA 44 – Escalão mediano da época de construção de alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual por município, 2021. Fonte: INE



Em termos absolutos, a AML foi a região mais preponderante em quase todas as épocas de construção exceto de 2011 a 2021, onde a AMP teve maior peso.

Em Portugal, o escalão mediano da época de construção em alojamentos arrendados foi de 1961 a 1980. Este e o escalão seguinte foram os escalões medianos em todas as regiões com exceção da RAM onde o escalão mediano foi de 1991 a 2000.

Com base no escalão mediano, verificou-se uma predominância de alojamentos arrendados com época de construção mais antiga nos municípios do Alentejo e AML. Os 5 municípios com escalão mediano de época de construção entre 1946 e 1960, estão todos localizados na região do Alentejo (Arraiolos, Portel, Vila Viçosa, Castelo de Vide e Marvão).

O Alentejo Central registou maior proporção de alojamentos arrendados com época de construção anterior a 1990. No polo oposto encontra-se a RAM.

1.6. Por entidade Proprietária

TABELA 11 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual por entidade proprietária (N.º), Portugal, 2011 e 2021. Fonte: INE

Entidade Proprietária	2011	2021	Variação	Taxa de variação
Ocupante proprietário	2 923 271	2 900 093	- 23 178	-0,8%
Particulares ou empresas privadas	718 163	882 631	164 468	22,9%
Ascendentes ou descendentes	221 058	221 653	595	0,3%
Entidades públicas e outras instituições sem fins lucrativos	123 158	123 053	- 105	-0,1%
Cooperativas de habitação	5 462	15 151	9 689	177,4%
Total	3 991 112	4 142 581	151 469	3,8%

TABELA 12 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual por entidades públicas e outras instituições sem fins lucrativos (N.º), Portugal, 2011. Fonte: INE

Entidades públicas e outras instituições sem fins lucrativos	2011
Estado, instituições públicas autónomas e instituições sem fins lucrativos	32 784
Empresas públicas	6 185
Autarquias locais	84 189
Total	123 158

TABELA 13 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual por entidades públicas e outras instituições sem fins lucrativos (N.º), Portugal, 2021. Fonte: INE

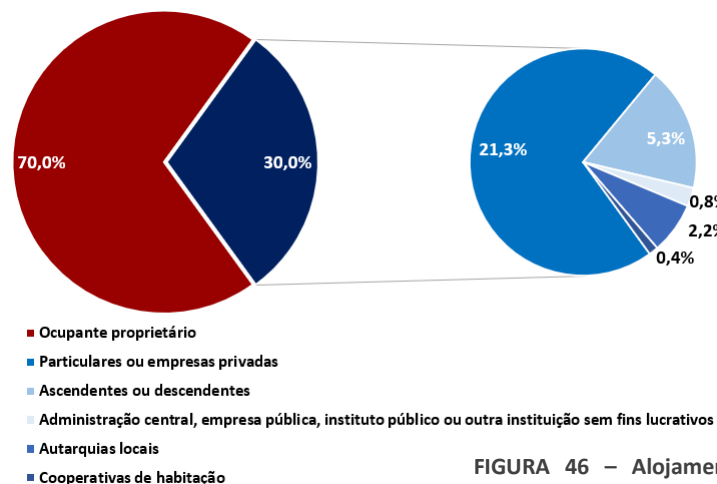
Entidades públicas e outras instituições sem fins lucrativos	2021
Administração central, empresa pública, instituto público ou outra instituição sem fins lucrativos	32 120
Autarquias locais	90 933
Total	123 053

Segundo os Censos 2021 existiam 1 242 488 alojamentos familiares clássicos de residência habitual que não eram ocupados pelo proprietário (30%). Dos quais 922 810 encontravam-se em arrendamento ou subarrendamento.

- Dos 1 242 488 alojamentos, 71% pertenciam a particulares ou empresas privadas.
- 3% dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual eram propriedade do Estado (central e local) e de outras instituições sem fins lucrativos.
- Na última década censitária verificou-se uma diminuição de 0,1% dos fogos de propriedade de entidades públicas e outras instituições sem fins lucrativos e um aumento de propriedade de particulares ou empresas privadas (22,9%) e das cooperativas de habitação (+177,4%). Sem prejuízo de resultar do apuramento dos Censos, este recrudescimento dos alojamentos propriedade de cooperativas não é facilmente explicado do que se conhece da dinâmica do setor.

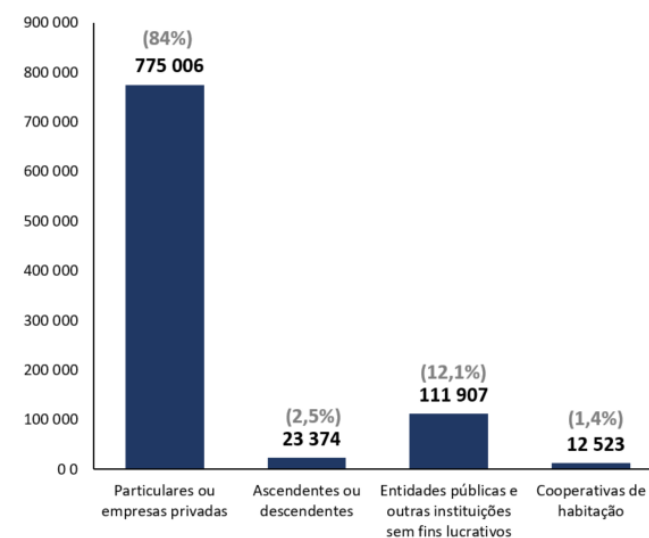
Nota 1: Em 2011 o questionário distinguia empresas públicas de Estado, institutos públicos autónomos ou outras instituições sem fins lucrativos e, em 2021 a opção foi administração central, empresa pública, instituto público ou outras instituições sem fins lucrativos.

FIGURA 45 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual por entidade proprietária (%), Portugal, 2021. Fonte: INE



A propriedade continua a ser dominante no acesso à habitação, atingindo em 2021 70% (era de 73,2% em 2011) dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual, e 30% eram relativos a arrendamento (19,9% em 2011). Na década em análise verificou-se um aumento do peso do arrendamento no acesso à habitação.

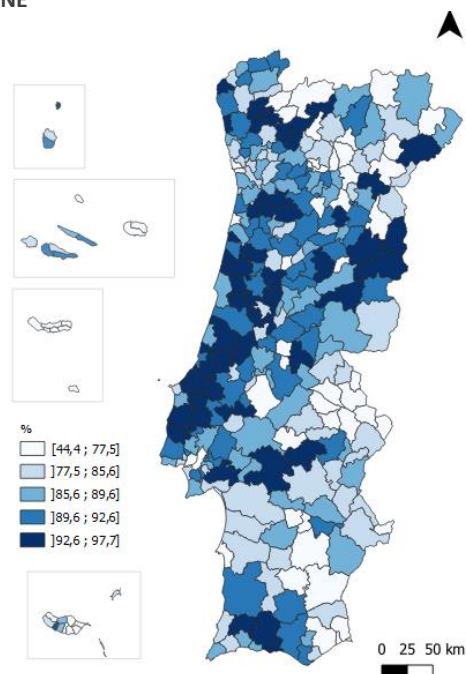
FIGURA 46 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual por entidade proprietária (N.º e %), Portugal, 2021. Fonte: INE



Dos alojamentos destinados ao arrendamento, 84% eram de propriedade de particulares ou empresas privadas (775 006). Entidades públicas e outras instituições sem fins lucrativos eram detentoras de 111 907 fogos, representando 12,1% dos alojamentos arrendados e 2,7% dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual.

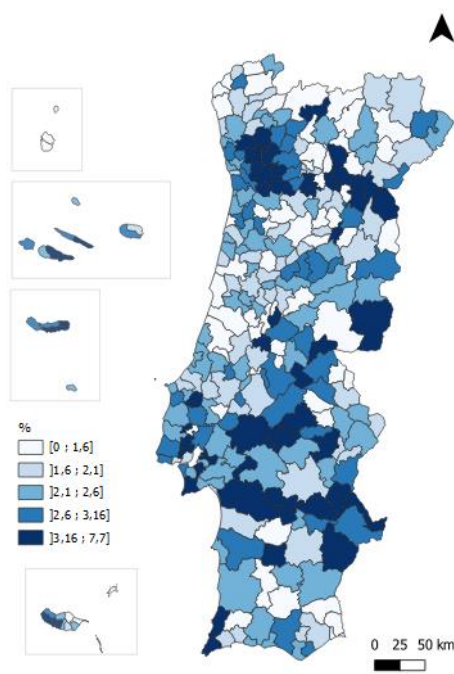
Nota 2: Apenas foram considerados os alojamentos em arrendamento ou subarrendamento, excluindo-se os que se encontravam noutras situações.

FIGURA 47 – Proporção dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados propriedade de particulares ou empresas privadas, por município, 2021. Fonte: INE



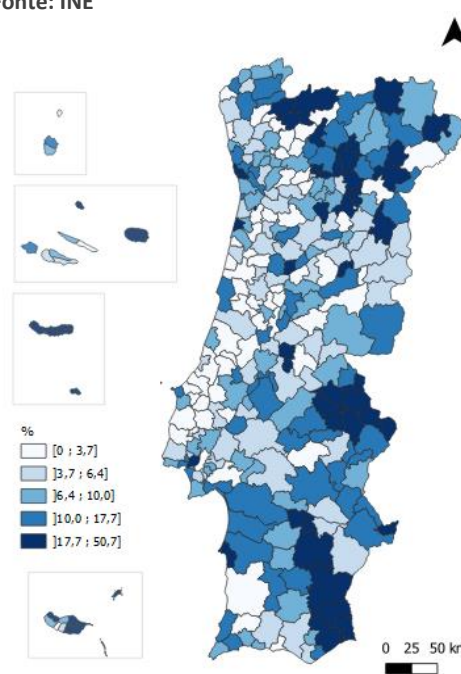
Dos alojamentos arrendados, 84% eram de propriedade de **particulares ou empresas privadas**. Esta entidade proprietária foi dominante em todos os municípios com exceção de Alter do Chão. Os municípios de Belmonte (97,7%), Batalha (97,3%) e Miranda do Corvo (96,9%) registaram as maiores percentagens.

FIGURA 48 – Proporção dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados propriedade de ascendentes ou descendentes, por município, 2021. Fonte: INE



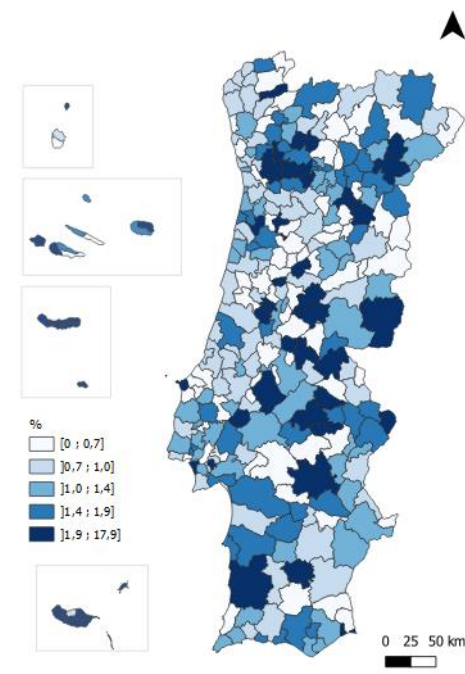
Dos alojamentos arrendados, 2,5% eram de propriedade de **ascendentes ou descendentes**. Apesar da baixa representatividade, existiu maior concentração nos municípios da região Norte e Alentejo. Os municípios de Mourão (7,7%), Gavião (7,4%) e Vizela (7,1%) registaram os maiores valores.

FIGURA 49 – Proporção dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados propriedade de entidades públicas e outras instituições sem fins lucrativos por município, 2021. Fonte: INE



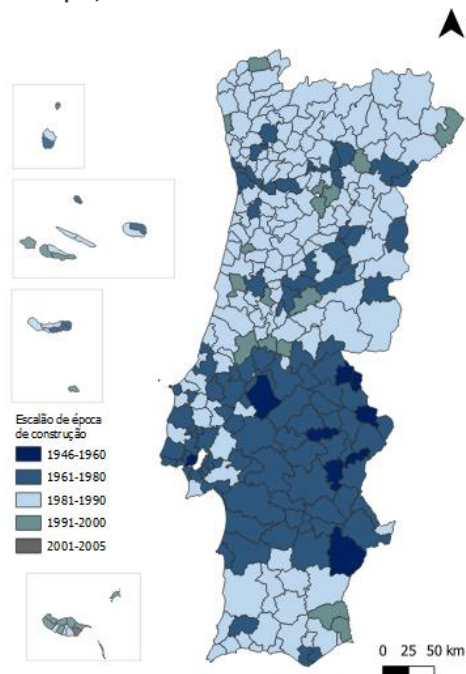
Dos alojamentos arrendados, 12,1% eram de propriedade de **entidades públicas e outras instituições sem fins lucrativos** (9,1% correspondiam a autarquias locais). Em Alter do Chão, 50,7% do parque arrendado era do Estado ou de instituições sem fins lucrativos, na sua grande maioria das autarquias. Do parque habitacional arrendado, o Estado ou instituições sem fins lucrativos eram detentores de 30,9%, no Porto, e, 23% em Lisboa.

FIGURA 50 – Proporção dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados propriedade de cooperativas de habitação por município, 2021. Fonte: INE



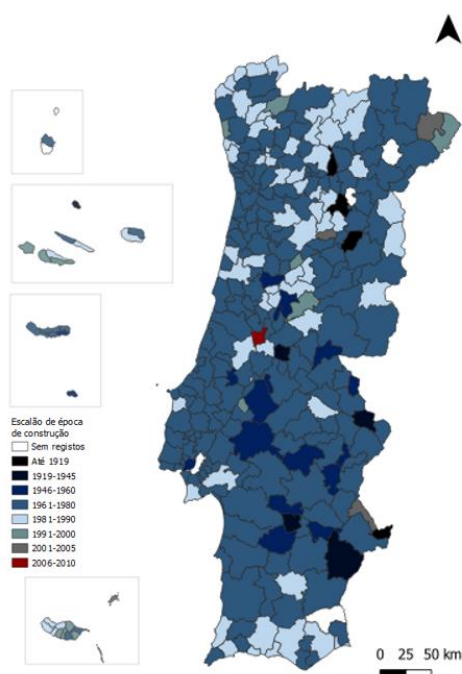
Dos alojamentos arrendados, 1,4% eram detidos por **cooperativas de habitação**. Os municípios das Regiões Autónomas registaram uma maior proporção dos alojamentos desta entidade proprietária. Em Santana (17,9%), Câmara de Lobos (14,8%) e Machico (14,1%) registaram-se os maiores valores.

FIGURA 51 – Escalão mediano da época de construção de alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual propriedade de particulares ou empresas privadas, por município, 2021. Fonte: INE



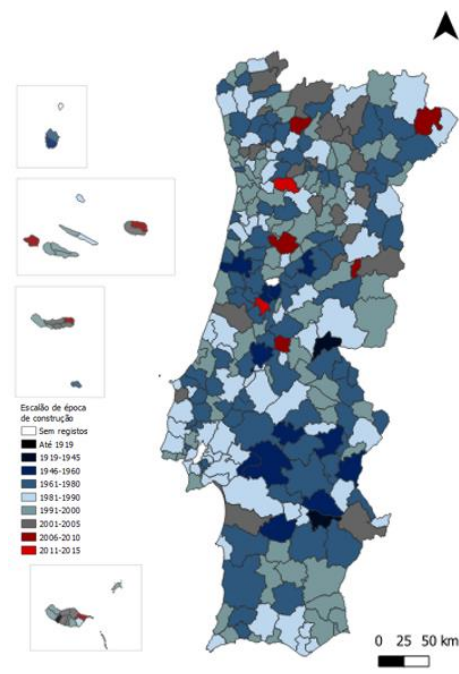
O escalão de 1961 a 1980 foi o escalão mediano da época de construção nos alojamentos arrendados de propriedade **particular ou empresas privadas**. Existiam 6 municípios com escalão mediano inferior, entre eles, Lisboa. Por outro lado Santa Cruz e o Corvo tinham o escalão mediano entre 2001 a 2005. No Alentejo, os fogos de propriedade de particulares ou de empresas encontravam-se no escalão mediano da época de construção entre 1946 e 1960.

FIGURA 52 – Escalão mediano da época de construção de alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual propriedade de ascendentes ou descendentes, por município, 2021. Fonte: INE



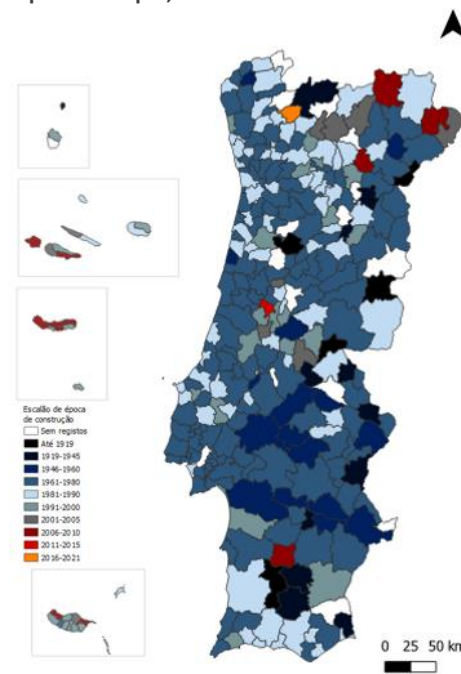
O escalão de 1961 a 1980 foi o escalão mediano da época de construção nos alojamentos arrendados de propriedade de **ascendentes ou descendentes**. O município de Alvaiázere registou o escalão mediano de época de construção entre 2006 e 2010. Barrancos, Sermancelhe, Sabrosa e Celorico da Beira estão no escalão mediano até 1919.

FIGURA 53 – Escalão mediano da época de construção de alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual propriedade de entidades públicas e outras instituições sem fins lucrativos, por município, 2021. Fonte: INE



O escalão de 1981 a 1990 foi o escalão mediano da época de construção nos alojamentos arrendados de propriedade do **Estados ou de instituições sem fins lucrativos**.

FIGURA 54 – Escalão mediano de época de construção de alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual propriedade das cooperativas de habitação, por município, 2021. Fonte: INE



O escalão entre 1961 e 1980 foi o escalão mediano da época de construção nos alojamentos arrendados de propriedade de **cooperativas de habitação**. O município de Vieira do Minho registou o escalão mediano de época de construção nos alojamentos arrendados entre 2016 e 2021.

1.7. Por apoio ao arrendamento

TABELA 14 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados(N.º) por existência de apoio ao arrendamento, por NUTS III, NUTS II e Portugal, 2021. Fonte: INE

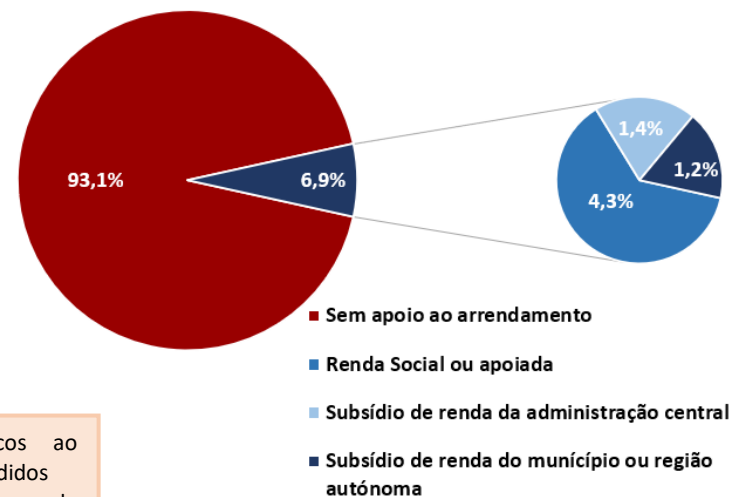
NUTS II	NUTS III	Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual					
		Total	Sem apoio ao arrendamento	Com apoio ao arrendamento			
				Total	Renda Social ou apoiada	Subsídio de renda da administração central	Subsídio de renda do município ou região autónoma
Norte	Alto Minho	13 534	12 743	791	423	301	67
	Alto Tâmega	3 427	3 150	277	136	47	94
	AMP	186 037	168 915	17 122	10 934	2 956	3 232
	Ave	34 832	33 063	1 769	971	292	506
	Cávado	27 256	25 417	1 839	674	418	747
	Douro	9 621	8 901	720	485	94	141
	Tâmega e Sousa	25 918	24 532	1 386	685	318	383
	Terras de Trás-os-Montes	5 627	5 253	374	213	87	74
	Total	306 252	281 974	24 278	14 521	4 513	5 244
Centro	Beira Baixa	4 834	4 576	258	178	46	34
	Beiras e Serra da Estrela	13 736	13 004	732	429	132	171
	Médio Tejo	13 508	13 085	423	249	138	36
	Oeste	25 961	25 068	893	406	316	171
	Região de Aveiro	25 323	23 970	1 353	647	402	304
	Região de Coimbra	29 221	27 672	1 549	764	632	153
	Região de Leiria	17 275	16 408	867	424	262	181
	Viseu Dão Lafões	13 376	12 756	620	318	242	60
	Total	143 234	136 539	6 695	3 415	2 170	1 110
Alentejo	AML	347 994	326 424	21 570	15 719	4 345	1 506
	Alentejo Central	13 350	12 701	649	495	115	39
	Alentejo Litoral	6 304	5 948	356	265	35	56
	Alto Alentejo	8 448	7 904	544	428	52	64
	Baixo Alentejo	5 464	5 121	343	245	33	65
	Lezíria do Tejo	15 843	15 274	569	316	149	104
	Total	49 409	46 948	2 461	1 749	384	328
	Algarve	44 545	41 867	2 678	1 494	453	731
	RAA	14 653	11 769	2 884	1 508	522	854
Portugal	RAM	16 723	14 072	2 651	1 611	262	778
	Total	922 810	859 593	63 217	40 017	12 649	10 551

Nota 1: No apoio ao arrendamento – Renda Social ou apoiada encontram-se os contratos de arrendamento mediante o qual o valor da renda é reduzido face à necessidade de apoio social ao agregado/família. Aplica-se a arrendamento de habitações construídas ou promovidas pelo Estado, administração local ou regional, intitutos públicos e Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS).

Nota 2: No apoio ao arrendamento – Subsídio de renda da administração central estão incluídos, por exemplo, o subsídio atribuído pela Segurança Social e/ou pelo IHRU (Porta 65-Jovem).

Nota 3: Foram contabilizados 123 053 alojamentos familiares clássicos de residência habitual propriedade do Estado e de outras instituições sem fins lucrativos, nomeadamente 90 933 alojamentos das autarquias locais e 32 120 alojamentos da administração central, empresa pública, instituto público ou outra instituição sem fins lucrativos.

FIGURA 55 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados (%) por existência de apoio ao arrendamento, Portugal, 2021. Fonte: INE



Dos apoios públicos ao arrendamento concedidos

- 63,3% foi sob a forma de renda social ou apoiada.
- 20% sob a forma de subsídio de renda da administração central.
- 16,7% sob a forma de subsídio de renda do município ou região autónoma.

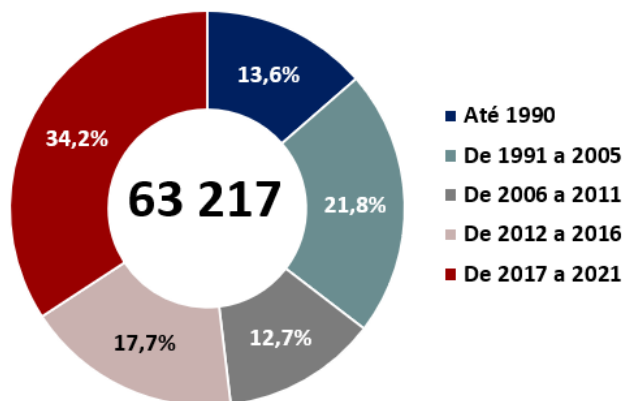
63 217 agregados tinham apoio ao arrendamento (6,9% dos alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual). 93,1% dos alojamentos arrendados não têm apoio.

À data dos Censos 2021:

- 1,5% dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual tiveram apoio público ao arrendamento.
- 32,5% do parque habitacional do Estado e de instituições sem fins lucrativos estava afeto a renda social ou apoiada.
- A AML e AMP foram as regiões com maior número de apoios concedidos, no que se traduziu em 61,2% do apoio no país (nestas regiões localizavam-se 57,9% dos alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual).

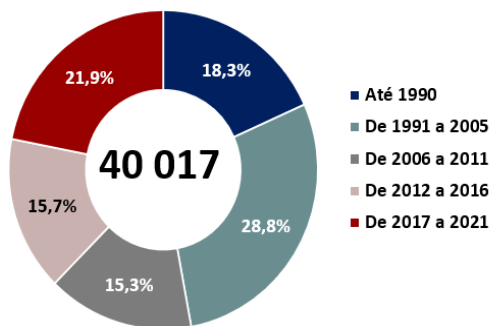
1.7.1. Apoio ao arrendamento por época de celebração de contrato

FIGURA 56 - Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados, com existência de apoio ao arrendamento (%) por época de celebração de contrato, Portugal, 2021. Fonte: INE



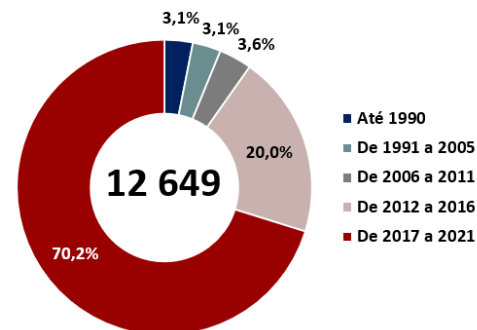
51,9% dos apoios públicos ao arrendamento foram concedidos a contratos celebrados após 2012, dos quais 34,2% após 2017.

FIGURA 57 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados com existência de apoio ao arrendamento sob a forma de renda social ou apoiada (%) por época de celebração de contrato, Portugal, 2021. Fonte: INE



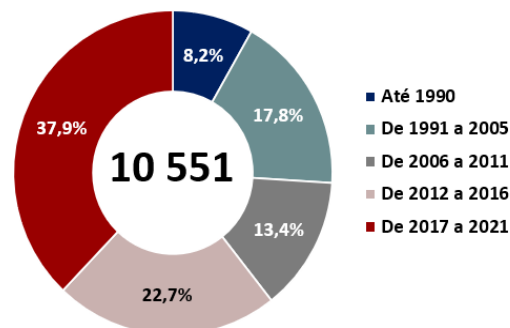
Renda Social ou apoiada é a forma de apoio com maior representatividade, verificando-se, entanto, maior peso em contratos celebrados entre 1991 e 2005 (28,8%) e após 2017 (21,9%).

FIGURA 58 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados com existência de apoio sob a forma de subsídio de renda da administração central (%) por época de celebração de contrato, Portugal, 2021. Fonte: INE



Registaram-se 12.649 subsídios de renda, e 70,2% dos apoios públicos sob a forma de **subsídio de renda da administração central** foram atribuídos a agregados com contrato celebrado após 2017.

FIGURA 59 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados com existência de apoio ao arrendamento sob a forma de subsídio de renda do município ou região autónoma (%) por época de celebração de contrato, Portugal, 2021. Fonte: INE



60,6% dos apoios públicos ao arrendamento sob a forma de **subsídio de renda do município ou região autónoma** foram concedidos a contratos realizados entre 2012 e 2021, dos quais 37,9% a contratos celebrados após 2017.

FIGURA 60 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados com contrato celebrado até 1990 (inclusive) por tipo de apoio ao arrendamento (N.º), Portugal, 2021. Fonte: INE

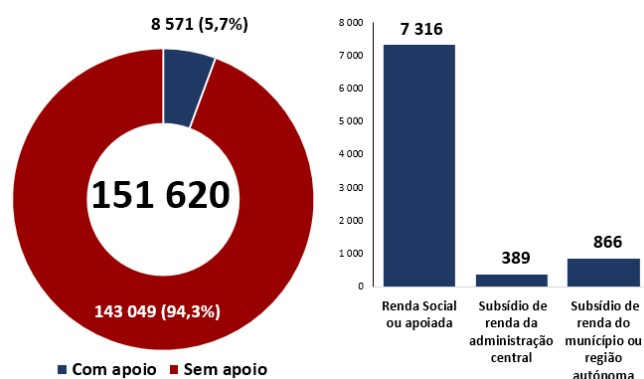


FIGURA 61 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados com contrato celebrado de 1991 a 2005 por tipo de apoio ao arrendamento (N.º), Portugal, 2021. Fonte: INE

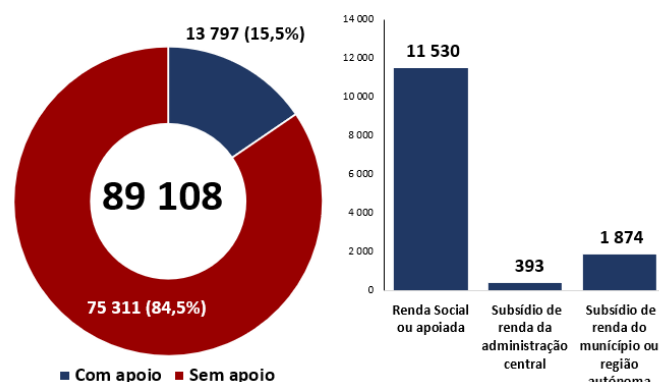


FIGURA 62 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados com contrato celebrado de 2006 a 2011 por tipo de apoio ao arrendamento (N.º), Portugal, 2021. Fonte: INE

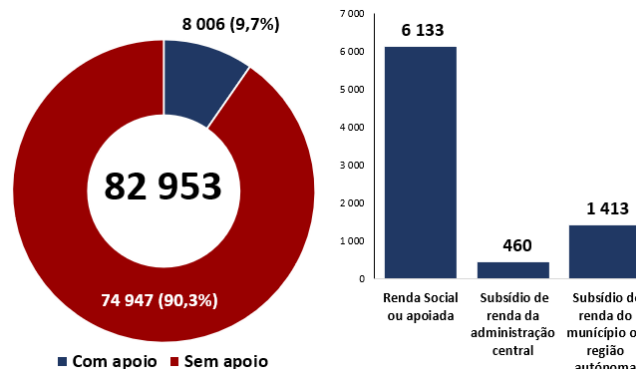


FIGURA 63 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados com contrato celebrado de 2012 a 2016 por tipo de apoio ao arrendamento (N.º), Portugal, 2021. Fonte: INE

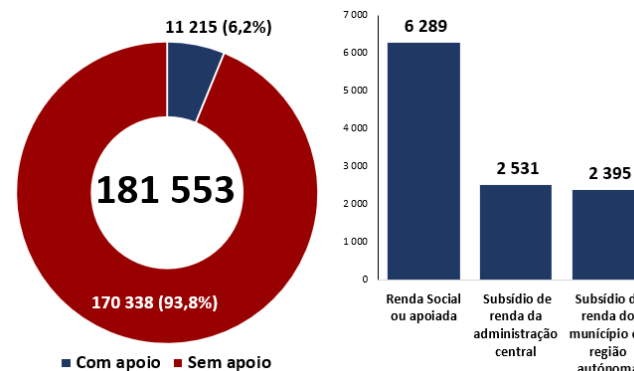
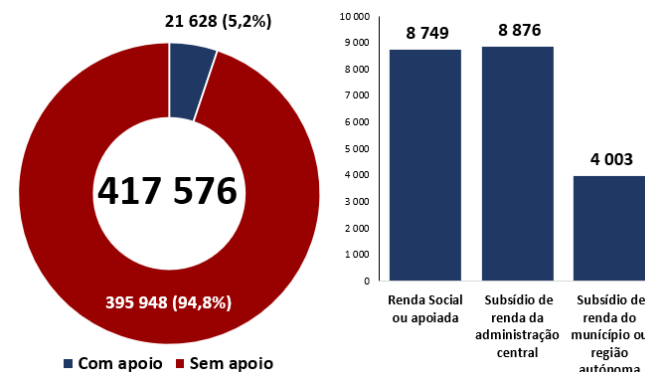


FIGURA 64 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados com contrato celebrado de 2017 a 2021 por tipo de apoio ao arrendamento (N.º), Portugal, 2021. Fonte: INE



- Existiam 63 217 agregados com apoio público ao arrendamento, em que 8 571 tinham rendas antigas, 13 797 com contrato celebrado de 1991 a 2005, 8 006 com contrato de 2006 a 2011, 11 215 com contrato de 2012 a 2016 e 21 628 contratos celebrados de 2017 a 2021. Este último escalão de época de celebração de contrato representou 34,2% dos apoios totais.
- Dos 417 576 contratos celebrados de 2017 a 2021 existiram 21 628 apoios concedidos. Neste escalão verificou-se uma maior representatividade do subsídio de renda da administração central.
- De acordo com a data de celebração de contrato de arrendamento, verifica-se uma diminuição, em termos relativos, do apoio ao arrendamento nos anos posteriores a 2005. Uma vez que, 15,5% dos contratos de 1991 a 2005 tinham apoio ao arrendamento e na última classe, 5,2% tinham apoio público ao arrendamento.

1.7.2. Distribuição do apoio ao arrendamento

FIGURA 65 – Distribuição do apoio público concedido ao arrendamento (%), por NUTS III, 2021. Fonte: INE

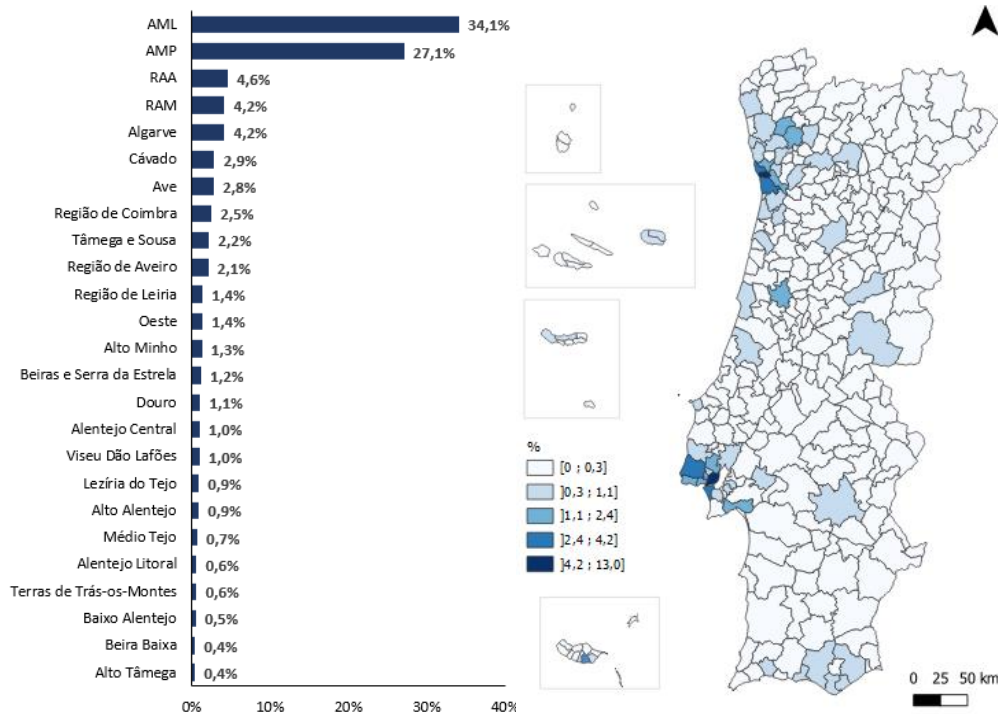


FIGURA 66 – Distribuição do apoio público concedido ao arrendamento, por município (%), 2021. Fonte: INE

FIGURA 67 – Proporção dos alojamentos familiares clássicos arrendados por tipo de apoio ao arrendamento, por NUTS III e Portugal, 2021. Fonte: INE

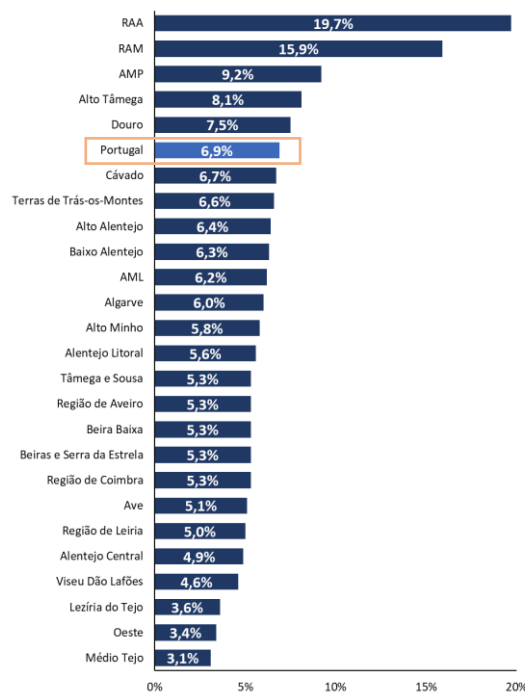
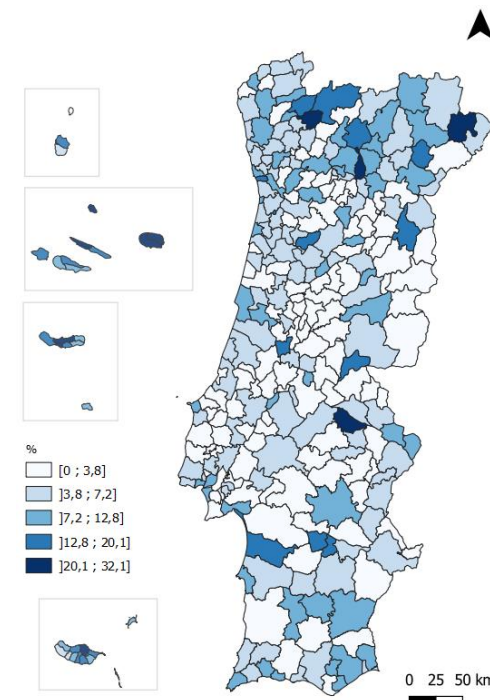


FIGURA 68 – Proporção dos alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com apoio ao arrendamento por município, 2021. Fonte: INE



- O maior número de apoios ao arrendamento concedidos registou-se nas Áreas Metropolitanas, principalmente, nos municípios de Lisboa (8 244 apoios) e Porto (6 342 apoios), representando em conjunto 23% dos alojamentos com apoios ao arrendamento no país. Seguindo-se, Matosinhos, Almada, Vila Nova de Gaia, Funchal, Sintra, Amadora, Gondomar, Oeiras, Cascais, Loures, Braga, Setúbal, Guimarães, Maia, Coimbra e Ponta Delgada.
- Não existiram apoios públicos ao arrendamento nos municípios do Corvo, Boticas, Penedono e Mourão.

Dos alojamentos arrendados, 19,7% na Região Autónoma dos Açores tinham apoio público ao arrendamento, onde a maior parte correspondia a renda social ou apoiada. Por outro lado a região do Médio Tejo registou a menor proporção de apoio (3,1% dos alojamentos arrendados).

Registaram-se nos municípios das Regiões Autónomas, nomeadamente, Vila da Praia da Vitória (32,1%), Santana (27,6%) e Velas (26,6%) as maiores proporções de apoio ao arrendamento relativamente ao número de alojamentos arrendados.

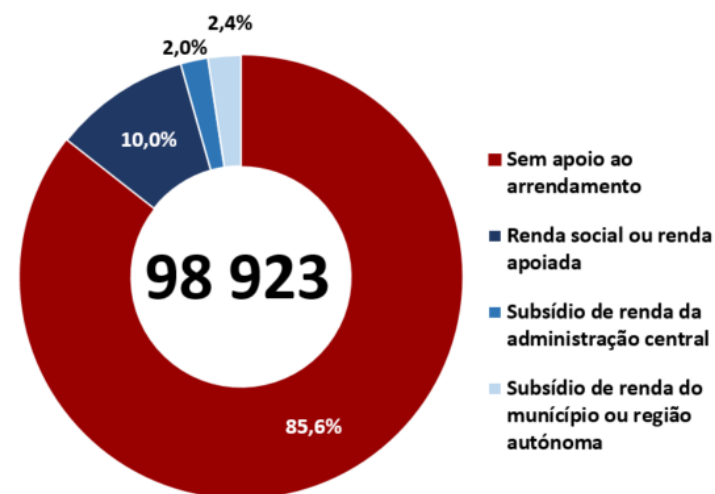
1.7.3. Apoio ao arrendamento e fragilidade económica (RSI ou Desemprego)

TABELA 15 – Agregados domésticos privados em que existe, pelo menos, um elemento com fragilidade económica em alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (N.º) por tipo de apoio ao arrendamento, por NUTS III, NUTS II e Portugal, 2021. Fonte: INE

NUTS II	NUTS III	Alojamentos arrendados	Agregados em que existe, pelo menos, um elemento com fragilidade económica					
			Total	%	Sem apoio	Renda social ou renda apoiada	Subsídio de renda da administração central	Subsídio de renda do município ou região autónoma
		(1)	(2)	(3)=(2)/(1)				
Norte	Alto Minho	13 534	1 089	8,0%	959	87	31	12
	Alto Tâmega	3 427	318	9,3%	261	30	8	19
	AMP	186 037	24 348	13,1%	20 087	2 988	486	787
	Ave	34 832	3 702	10,6%	3 336	209	52	105
	Cávado	27 256	2 150	7,9%	1 839	163	49	99
	Douro	9 621	1 049	10,9%	864	137	13	35
	Tâmega e Sousa	25 918	3 582	13,8%	3 207	180	64	131
	Terras de Trás-os-Montes	5 627	441	7,8%	394	26	8	13
	Total	306 252	36 679	12,0%	30 947	3 820	711	1 201
Centro	Beira Baixa	4 834	406	8,4%	342	54	8	2
	Beiras e Serra da Estrela	13 736	1 277	9,3%	1 129	114	18	16
	Médio Tejo	13 508	1 093	8,1%	1 015	52	15	11
	Oeste	25 961	2 160	8,3%	2 011	70	37	42
	Região de Aveiro	25 323	1 998	7,9%	1 797	115	42	44
	Região de Coimbra	29 221	2 478	8,5%	2 163	210	58	47
	Região de Leiria	17 275	1 391	8,1%	1 212	121	27	31
	Viseu Dão Lafões	13 376	1 304	9,7%	1 189	79	20	16
	Total	143 234	12 107	8,5%	10 858	815	225	209
AML		347 994	33 980	9,8%	29 432	3 564	654	330
Alentejo	Alentejo Central	13 350	1 014	7,6%	892	98	21	3
	Alentejo Litoral	6 304	523	8,3%	444	61	7	11
	Alto Alentejo	8 448	950	11,2%	795	122	12	21
	Baixo Alentejo	5 464	582	10,7%	487	77	5	13
	Lezíria do Tejo	15 843	1 357	8,6%	1 244	75	27	11
	Total	49 409	4 426	9,0%	3 862	433	72	59
Algarve		44 545	6 568	14,7%	5 931	348	81	208
RAA		14 653	2 617	17,9%	1 821	485	118	193
RAM		16 723	2 546	15,2%	1 814	425	96	211
Portugal		922 810	98 923	10,7%	84 665	9 890	1 957	2 411

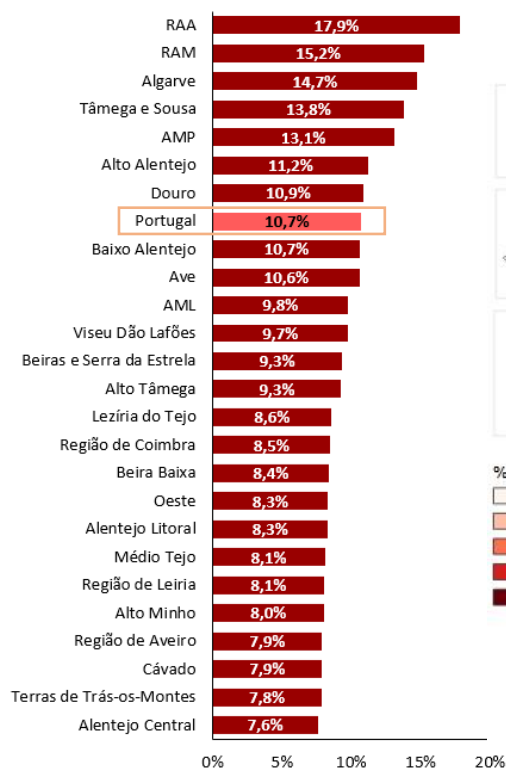
Nota: O INE considera fragilidade económica a situação em que o indivíduo é titular de subsídio de desemprego e/ou RSI.

FIGURA 69 – Proporção dos agregados em que existe, pelo menos, um elemento com fragilidade económica em alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual por tipo de apoio ao arrendamento (%), Portugal, 2021. Fonte: INE



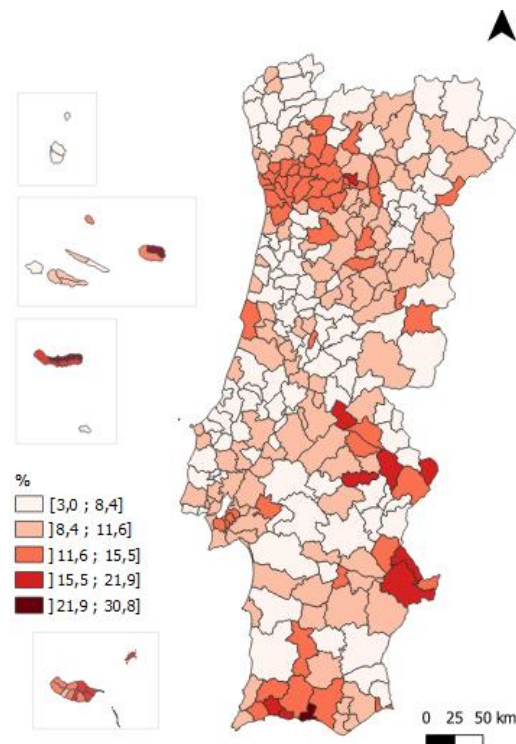
À data dos Censos 2021 existiam 98 923 agregados com, pelo menos, um elemento com fragilidade económica (10,7% dos agregados em alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual). Dos agregados com, pelo menos um elemento com fragilidade económica, 14,4% tinham apoio ao arrendamento (14 258 agregados), principalmente sob a forma de renda social ou apoiada.

FIGURA 70 – Proporção de agregados domésticos privados em que existe, pelo menos, um elemento com fragilidade económica em alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual, por NUTS III e Portugal, 2021. Fonte: INE



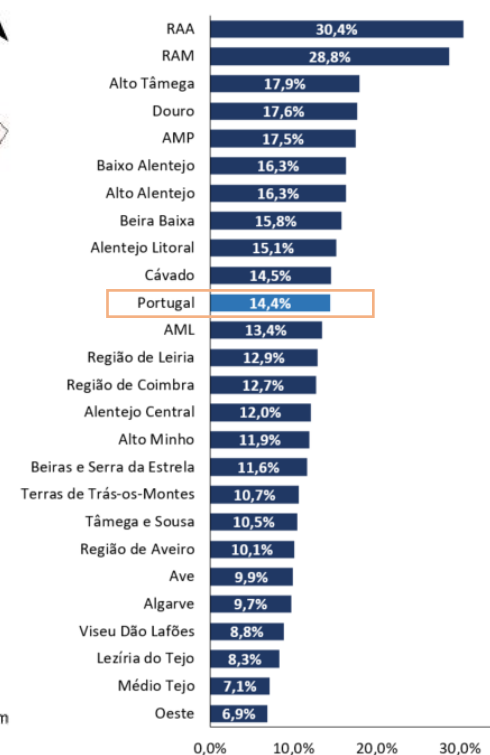
Dos agregados em alojamentos arrendados, existe uma maior concentração de agregados com pelo menos um elemento com fragilidade económica, nas Regiões Autónomas, Algarve, Tâmega e Sousa, AMP, Alto Alentejo e Douro, proporção superior à atingida em Portugal.

FIGURA 71 – Proporção de agregados domésticos privados em que existe, pelo menos, um elemento com fragilidade económica em alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual, por município, 2021. Fonte: INE



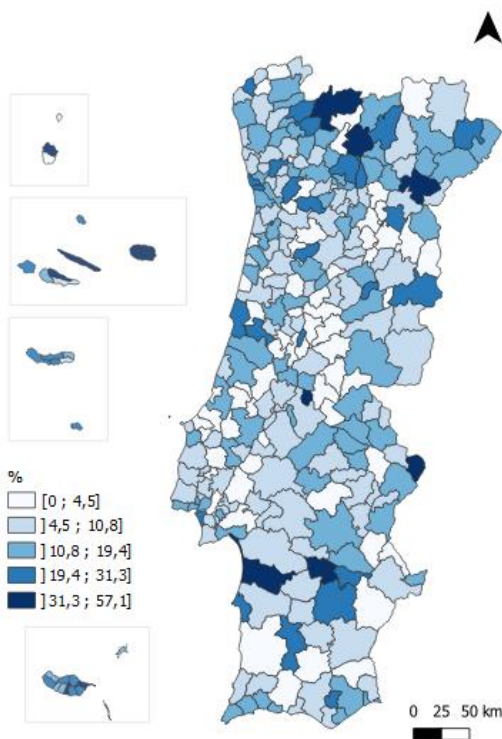
Na Ribeira Grande, dos 1.761 agregados em alojamentos arrendados, 542 agregados registavam situação de fragilidade económica (30,8%). Segue-se Albufeira (27,4%), Nordeste (25,8%), Vila da Praia da Vitória (23,9%), Lagoa Aço (21,9%) e Mourão (20,2%).

FIGURA 72 – Proporção de agregados domésticos privados que acumulam fragilidade económica e apoio ao arrendamento em alojamentos familiares clássicos de residência habitual, por NUTS III e Portugal, 2021. Fonte: INE



Dos agregados com pelo menos um elemento com fragilidade económica, 30,4% na Região Autónoma dos Açores tinham apoio ao arrendamento.

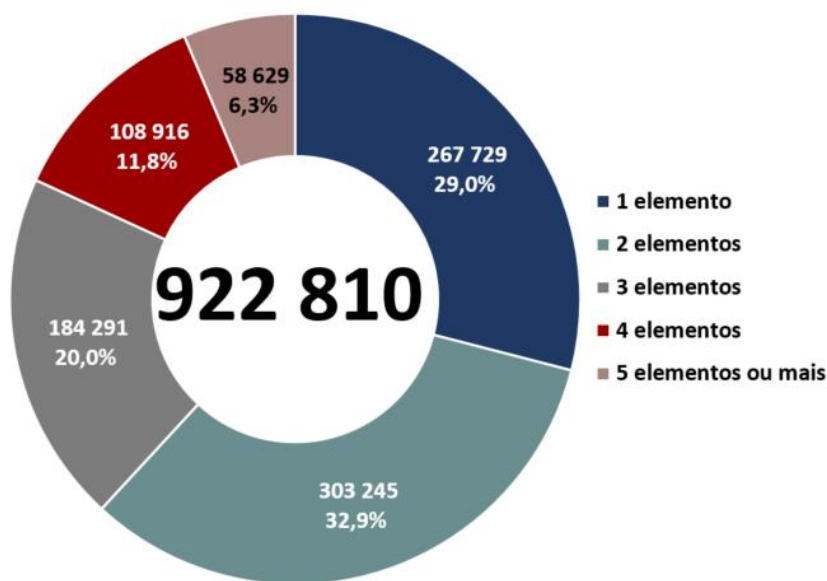
FIGURA 73 – Proporção de agregados domésticos privados que acumulam fragilidade económica e apoio ao arrendamento em alojamentos familiares clássicos de residência habitual, por município, 2021. Fonte: INE



Dos agregados com pelo menos um elemento com fragilidade económica em Montalegre, 57,1% beneficiavam de apoio ao arrendamento. Seguiu-se Campo Maior (49,5%), Vila da Praia da Vitória (45,5%), Vila Pouca de Aguiar (42,9%) e São Roque do Pico (37,5%).

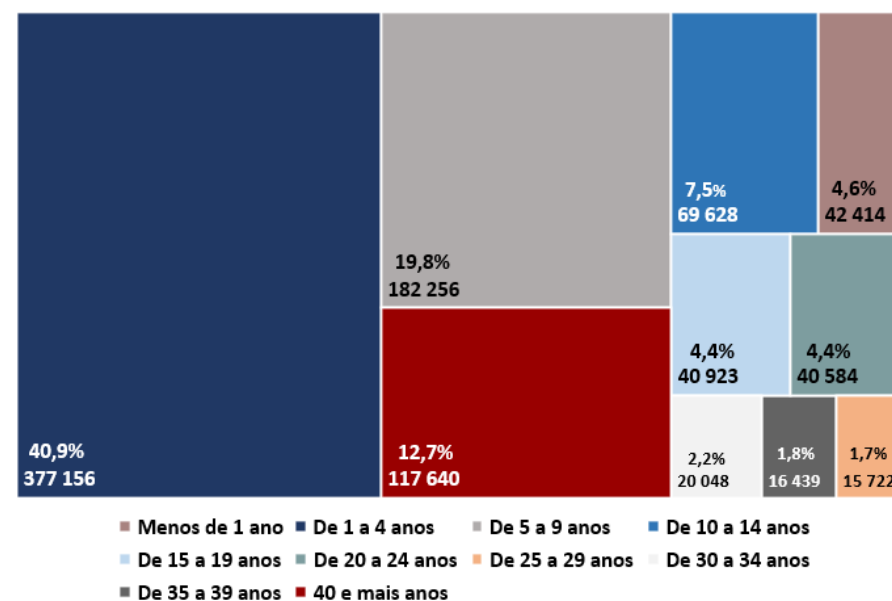
1.8. Outras características dos agregados e dos alojamentos em arrendamento

FIGURA 74 – Agregados domésticos privados em alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (N.º e %), por dimensão do agregado, Portugal, 2021.
Fonte: INE



Dos 922 810 agregados em alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual, mais de 61,9% dos agregados era composto por 1 ou 2 elementos e 81,9% era constituído tinham 3 ou menos elementos no agregado.

FIGURA 75 – Agregados domésticos privados em alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual por anos de residência, Portugal, 2021. Fonte: INE



Dos 922 810 agregados, 40,9% residiam no alojamento arrendado de entre 1 a 4 anos.

TABELA 16 - Agregados em alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados (Nº), com pelo menos um elemento com 65 ou mais anos, por época de celebração de contrato de arrendamento, Portugal, 2021. Fonte: INE

Época de celebração de contrato	Total	Agregados com 65 ou mais anos
Antes de 1991	151 620	125 543
Entre 1991 e 2005	89 108	38 589
Entre 2006 e 2011	82 953	24 884
Entre 2012 e 2016	181 553	36 438
Entre 2017 e 2021	417 576	46 549
Total	922 810	272 003

FIGURA 76 – Proporção de agregados com pelo menos um elemento com 65 ou mais anos em alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados, por época de celebração de contrato de arrendamento, Portugal, 2021. Fonte: INE

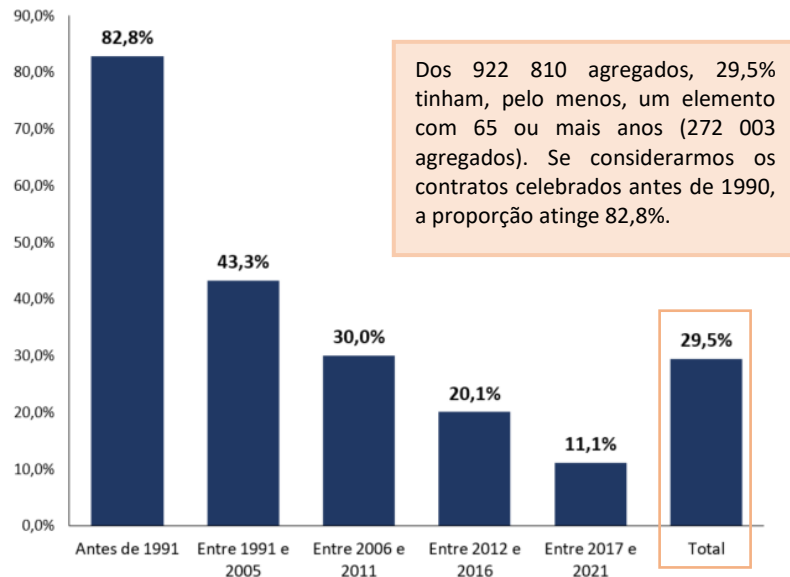


TABELA 17 – Nível de escolaridade do representante do agregado e tipo de entidade proprietária do alojamento, Portugal, 2021. Fonte: INE

Nível de escolaridade	Proprietário	Arrendatário e outras situações				
		Total	Particulares ou empresas privadas	Ascendentes ou descendentes	Entidades públicas e outras instituições sem fins lucrativos	Cooperativas de habitação
Nenhum	170 770	77 179	47 641	11 311	16 372	1 855
Ensino básico 1º ciclo	839 883	280 801	182 234	43 989	50 285	4 293
Ensino básico 2º ciclo	288 369	129 406	86 662	24 053	16 480	2 211
Ensino básico 3º ciclo	430 152	215 345	154 676	38 517	19 189	2 963
Ensino secundário	530 827	278 173	210 024	51 280	14 077	2 792
Ensino pós secundário	28 839	17 747	13 663	3 365	576	143
Curso técnico superior profissional	1 905	2 096	1 635	369	63	29
Bacharelato	57 310	19 922	15 769	3 385	681	87
Licenciatura	416 591	153 830	117 484	31 911	3 871	564
Mestrado	110 703	60 166	46 443	12 270	1 267	186
Doutoramento	24 744	7 823	6 400	1 203	192	28
Total	2 900 093	1 242 488	882 631	221 653	123 053	15 151

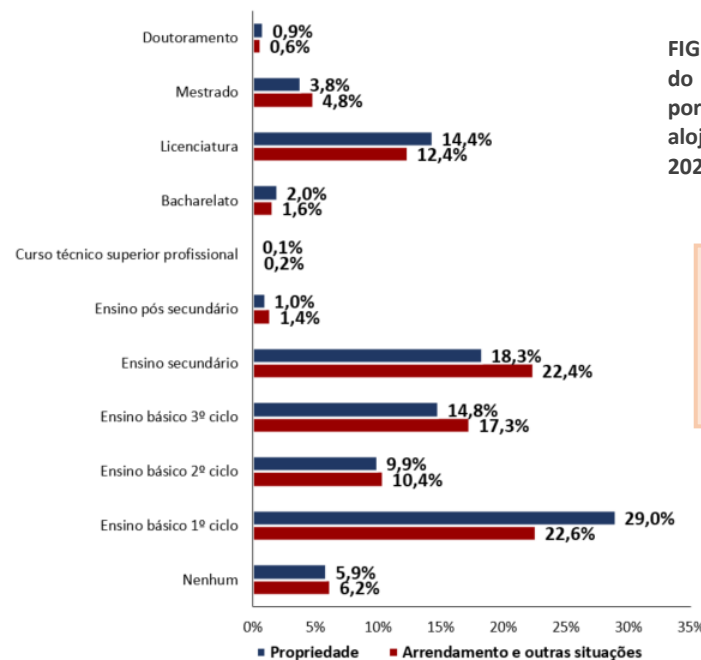


FIGURA 77 – Nível de escolaridade do representante do agregado (%) por regime de ocupação do alojamento familiar, Portugal, 2021. Fonte: INE

Dos 922 810 agregados, 56,5% dos representantes dos agregados tinham escolaridade inferior ao ensino secundário.

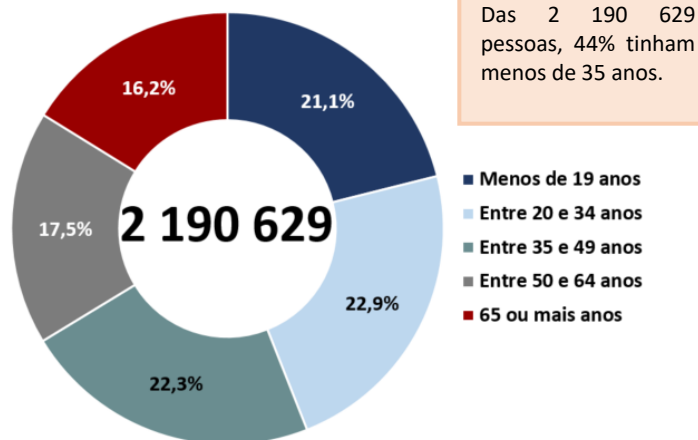
Nota: Entidades públicas e outras instituições sem fins lucrativos é composto pela administração central, empresa pública, instituto público ou outra instituição sem fins lucrativos e as autarquias locais.

TABELA 18 – População residente (N.º) por grupo etário e nível de escolaridade mais elevado completo em alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual, Portugal, 2021. Fonte: INE

Grupo etário	Nenhum	Ensino básico 1º	Ensino básico 2º	Ensino básico 3º	Ensino secundário	Ensino pós secundário	Curso técnico	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Total
Menos de 15 anos	222 918	53 047	60 505	8 661								345 131
15 - 19 anos	1 337	1 253	14 428	63 576	35 935	127	172					116 828
20 - 24 anos	2 927	1 570	6 636	29 307	77 671	2 823	1 339		16 468	2 746	21	141 508
25 - 29 anos	4 927	2 528	8 299	33 233	67 926	5 277	1 243		31 975	20 430	319	176 157
30 - 34 anos	6 019	4 467	13 516	37 717	58 866	5 254	818	783	32 905	21 418	1 311	183 074
35 - 39 anos	6 142	6 195	16 858	39 879	52 425	4 298	621	3 881	29 290	12 104	1 673	173 366
40 - 44 anos	6 560	10 781	21 290	35 140	47 381	3 272	197	3 685	26 543	6 626	1 527	163 002
45 - 49 anos	7 095	19 471	25 850	31 039	38 362	2 244	1	3 169	18 783	4 453	976	151 443
50 - 54 anos	7 747	29 168	26 371	26 012	27 684	1 393		2 388	11 390	2 666	775	135 594
55 - 59 anos	8 325	40 261	22 398	23 260	23 431	238		1 821	8 585	1 940	670	130 929
60 - 64 anos	9 130	45 948	16 339	18 114	18 040			1 580	6 709	1 348	507	117 715
65 - 69 anos	9 604	54 540	8 146	11 731	11 042			1 673	4 917	836	403	102 892
70 - 74 anos	8 651	52 546	5 776	11 275	6 416			1 481	3 443	488	323	90 399
75 ou mais anos	34 544	89 446	7 559	14 927	7 921			2 444	4 929	460	361	162 591
Total	335 926	411 221	253 971	383 871	473 100	24 926	4 391	22 905	195 937	75 515	8 866	2 190 629

2 190 629 pessoas viviam em arrendamento em Portugal (21,2% da população residente em Portugal), correspondentes a 922 810 agregados em arrendamento.

FIGURA 78 – Proporção da população residente em alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual por grupo etário, Portugal, 2021. Fonte: INE



Nota: De acordo com os Censos 2021, 10 343 066 foi o número da população residente em Portugal.

FIGURA 79 –Nível de escolaridade mais elevado completo da população residente em alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (%), Portugal, 2021. Fonte: INE

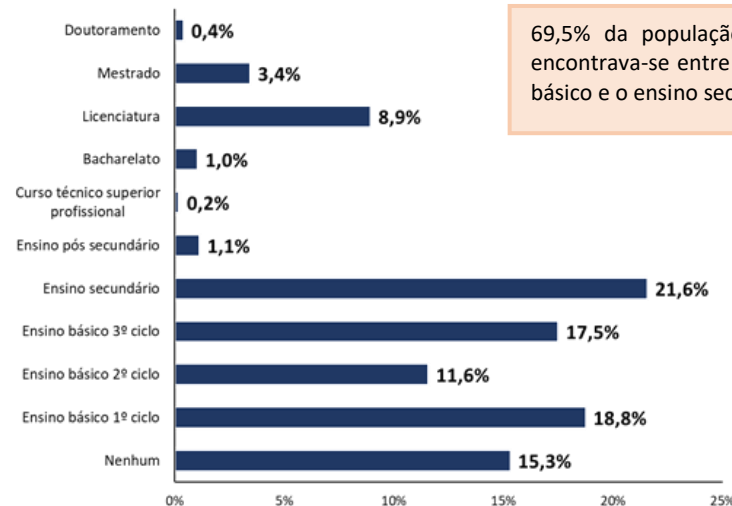


TABELA 19 – Agregados domésticos privados em alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (N.º) por grupo socioeconómico do titular do alojamento, Portugal, 2021. Fonte: INE

Grupo socioeconómico	N.º
Empresários com profissões intelectuais, científicas e técnicas	5 097
Empresários da indústria comércio e serviços	20 011
Empresários do sector primário	451
Pequenos patrões com profissões intelectuais e científicas	2 835
Pequenos patrões com profissões técnicas intermédias	2 762
Pequenos patrões da indústria	8 358
Pequenos patrões do comércio e serviços	9 626
Pequenos patrões do sector primário	604
Profissionais intelectuais e científicos	12 246
Profissionais técnicos intermédios independentes	6 080
Trabalhadores industriais e artesanais independentes	9 593
Prestadores de serviços e comerciantes independentes	20 903
Trabalhadores independentes do sector primário	1 670
Directores e quadros dirigentes do estado, das médias e grandes empresas	14 060
Quadros intelectuais e científicos	63 012
Quadros técnicos intermédios	31 180
Quadros administrativos intermédios	5 107
Empregados administrativos do comércio e serviços	123 367
Operários qualificados e semiquualificados	77 041
Assalariados do sector primário	5 997
Trabalhadores administrativos do comércio e serviços não qualificados	62 844
Operários não qualificados	22 350
Trabalhadores não qualificados do sector primário	2 410
Pessoal das forças armadas	1 677
Outras pessoas ativas	57 973
Pessoas inativas	355 556
Total	922 810

Dos 922 810 titulares de contratos de arrendamento, 38,5% eram pessoas inativas.

FIGURA 80 – Proporção dos agregados domésticos privados em alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual por grupo socioeconómico do titular do alojamento, Portugal, 2021. Fonte: INE



TABELA 21 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (N.º) por existência de lugar de estacionamento ou garagem e época de construção, Portugal, 2021. Fonte: INE

Época de construção	Total	Com lugar de estacionamento ou garagem	Sem lugar de estacionamento ou garagem
Antes 1919	33 875	3 837	30 038
1919 - 1945	59 160	7 884	51 276
1946 - 1960	108 756	15 757	92 999
1961 - 1980	296 649	59 623	237 026
1981 - 2000	294 248	119 945	174 303
2001 - 2010	113 209	74 326	38 883
2011 - 2021	16 913	10 687	6 226
Total	922 810	292 059	630 751

FIGURA 81 – Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com lugar de estacionamento ou garagem por época de construção, Portugal, 2021. Fonte: INE

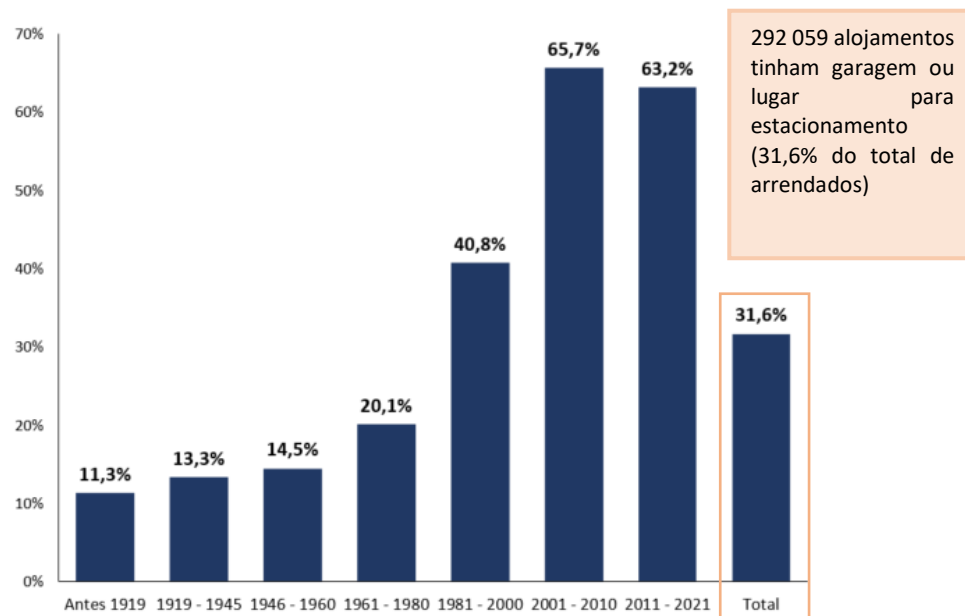


TABELA 20 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (N.º) com entrada acessível a cadeira de rodas, Portugal, 2021. Fonte: INE

Época de construção	Total	Com entrada acessível a cadeira de rodas	Sem entrada acessível a cadeira de rodas
Antes 1919	33 875	5 574	28 301
1919 - 1945	59 160	10 285	48 875
1946 - 1960	108 756	17 879	90 877
1961 - 1980	296 649	53 595	243 054
1981 - 2000	294 248	77 712	216 536
2001 - 2010	113 209	43 947	69 262
2011 - 2021	16 913	8 553	8 360
Total	922 810	217 545	705 265

217 545 alojamentos tinham entrada acessível a cadeira de rodas (23,6% do total de arrendados).

FIGURA 82 – Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com entrada acessível a cadeira de rodas, Portugal, 2021. Fonte: INE

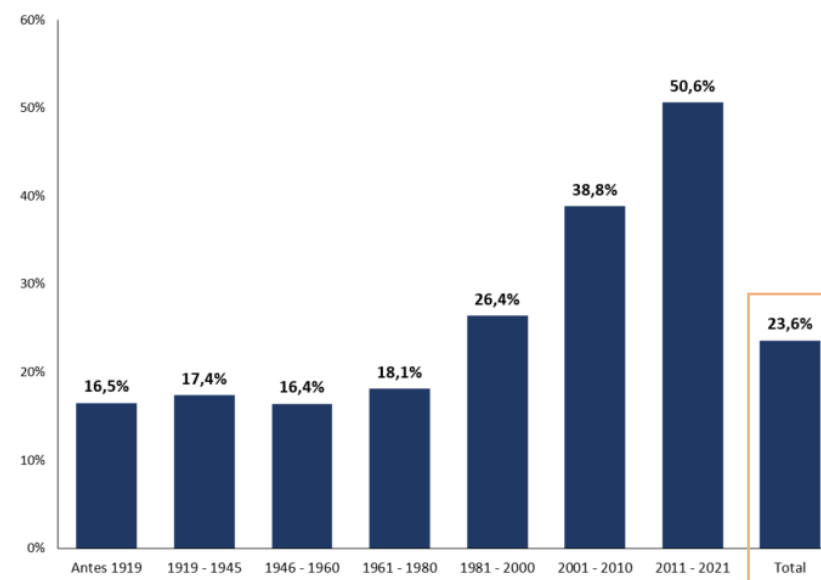


TABELA 22 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (N.º) por existência de ar condicionado, por NUTS II e Portugal, 2021. Fonte: INE

Localização geográfica	Total	Com ar condicionado	Sem ar condicionado
Norte	306 252	16 547	289 705
Centro	143 234	9 453	133 781
AML	347 994	25 101	322 893
Alentejo	49 409	7 526	41 883
Algarve	44 545	7 927	36 618
RAA	14 653	587	14 066
RAM	16 723	293	16 430
Portugal	922 810	67 434	855 376

FIGURA 83 – Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com ar condicionado, por NUTS II e Portugal, 2021. Fonte: INE

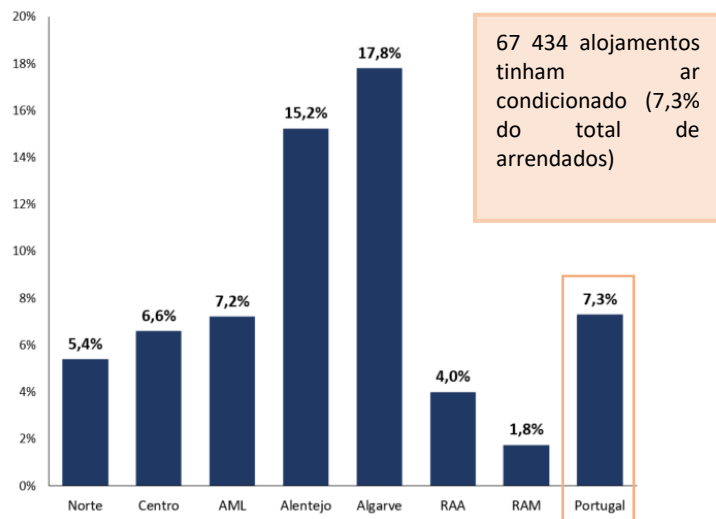


TABELA 23 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (N.º) por existência de sistema de aquecimento, por NUTS II e Portugal, 2021. Fonte: INE

Localização geográfica	Total	Aquecimento central	Lareira	Recuperador de calor	Aparelhos móveis	Aparelhos fixos	Nenhum
Norte	306 252	22 414	24 527	9 975	106 177	11 047	132 112
Centro	143 234	10 859	20 802	8 026	51 675	4 726	47 146
AML	347 994	11 493	6 854	3 371	151 898	9 037	165 341
Alentejo	49 409	1 296	5 714	1 422	24 390	1 915	14 672
Algarve	44 545	1 424	2 003	629	14 828	2 143	23 518
RAA	14 653	332	157	57	1 688	115	12 304
RAM	16 723	263	33	23	846	81	15 477
Portugal	922 810	48 081	60 090	23 503	351 502	29 064	410 570

FIGURA 84 – Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com sistema de aquecimento, por NUTS II e Portugal, 2021. Fonte: INE

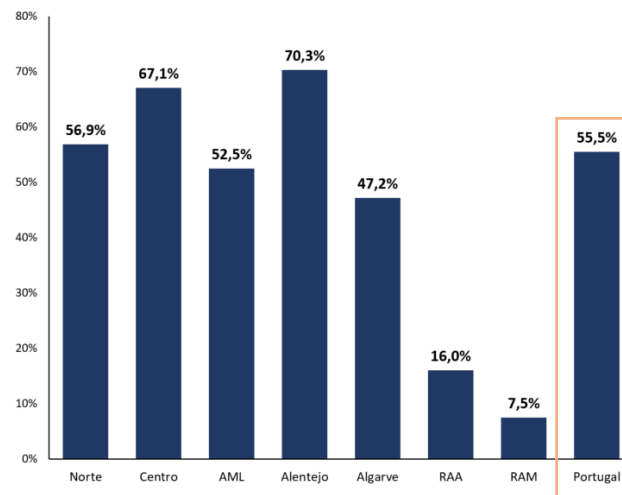
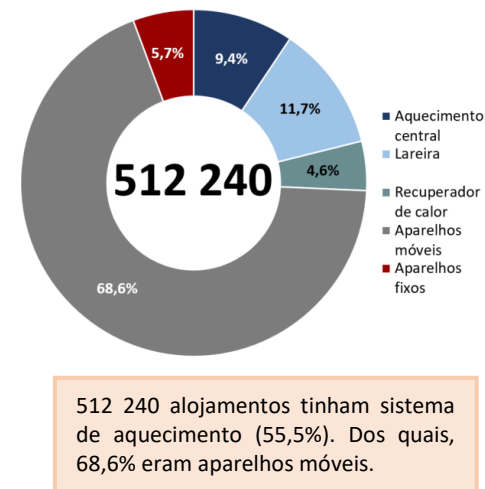


FIGURA 85 – Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual, por sistema de aquecimento, Portugal, 2021. Fonte: INE



ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (N.º) por escalão do valor mensal da renda, por NUTS III, NUTS II e Portugal, 2011 e 2021. Fonte: INE	1
TABELA 2 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com contrato anterior a 1991 (N.º) por escalão do valor mensal da renda, por NUTS III, NUTS II e Portugal, 2021. Fonte: INE	4
TABELA 3 – Alojamentos familiares clássicos de arrendados de residência habitual com contrato celebrado entre 1991 e 2005 (N.º) por escalão do valor mensal da renda, por NUTS III, NUTS II e Portugal, 2021. Fonte: INE	7
TABELA 4 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com contrato celebrado entre 2006 e 2011 (N.º) por escalão do valor mensal da renda, por NUTS III, NUTS II e Portugal, 2021. Fonte: INE	8
TABELA 5 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com contrato celebrado entre 2012 e 2016 (N.º) por escalão do valor mensal da renda, por NUTS III, NUTS II e Portugal, 2021. Fonte: INE	9
TABELA 6 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com contrato celebrado entre 2017 e 2021 (N.º) por escalão do valor mensal da renda, por NUTS III, NUTS II e Portugal, 2021. Fonte: INE	10
TABELA 7 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual por regime de ocupação e escalão de área útil (N.º), Portugal, 2021. Fonte: INE	12
TABELA 8 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual por regime de ocupação e escalão de divisões (N.º), Portugal, 2021. Fonte: INE	13
TABELA 9 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados (N.º) por índice de lotação, por NUTS III, NUTS II e Portugal, 2021. Fonte: INE	15
TABELA 10 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual por regime de ocupação e época de construção, Portugal, 2021. Fonte: INE	18
TABELA 11 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual por entidade proprietária (N.º), Portugal, 2011 e 2021. Fonte: INE	20
TABELA 12 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual por entidades públicas e outras instituições sem fins lucrativos (N.º), Portugal, 2011. Fonte: INE	20
TABELA 13 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual por entidades públicas e outras instituições sem fins lucrativos (N.º), Portugal, 2021. Fonte: INE	20

TABELA 14 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados (N.º) por existência de apoio ao arrendamento, por NUTS III, NUTS II e Portugal, 2021. Fonte: INE	23
TABELA 15 – Agregados domésticos privados em que existe, pelo menos, um elemento com fragilidade económica em alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (N.º) por tipo de apoio ao arrendamento, por NUTS III, NUTS II e Portugal, 2021. Fonte: INE	27
TABELA 16 – Agregados em alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados (N.º), com pelo menos um elemento com 65 ou mais anos, por época de celebração de contrato de arrendamento, Portugal, 2021. Fonte: INE	30
TABELA 17 – Nível de escolaridade do representante do agregado e tipo de entidade proprietária do alojamento, Portugal, 2021. Fonte: INE	30
TABELA 18 – População residente (N.º) por grupo etário e nível de escolaridade mais elevado completo em alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual, Portugal, 2021. Fonte: INE	31
TABELA 19 – Agregados domésticos privados em alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (N.º) por grupo socioeconómico do titular do alojamento, Portugal, 2021. Fonte: INE	32
TABELA 20 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (N.º) com entrada acessível a cadeira de rodas, Portugal, 2021. Fonte: INE	33
TABELA 21 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (N.º) por existência de lugar de estacionamento ou garagem e época de construção, Portugal, 2021. Fonte: INE	33
TABELA 22 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (N.º) por existência de ar condicionado, por NUTS II e Portugal, 2021. Fonte: INE	34
TABELA 23 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (N.º) por existência de sistema de aquecimento, por NUTS II e Portugal, 2021. Fonte: INE	34

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual por escalão do valor mensal da renda, por NUTS III e Portugal, 2021. Fonte: INE	1
FIGURA 2 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual em regime de arrendamento ou subarrendamento (N.º) por município, 2021. Fonte: INE	2
FIGURA 3 – Valor médio mensal das rendas em alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (€), por município, 2021. Fonte: INE	2

FIGURA 4 – Escalão mediano das rendas (€), por município, 2021. Fonte: INE	2
FIGURA 5 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual em regime de arrendamento ou subarrendamento (%) por época de celebração de contrato por NUTS III e Portugal, 2021. Fonte: INE	3
FIGURA 6 – Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual com contrato de arrendamento celebrado antes de 1991 por município, 2021. Fonte: INE	3
FIGURA 7 – Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual com contrato de arrendamento celebrado entre 2017 e 2021 por município, 2021. Fonte: INE	3
FIGURA 8 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com contrato celebrado até 1990 por escalão de número de anos na residência (%), Portugal, 2021. Fonte: INE	4
FIGURA 9 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com contrato celebrado até 1990 com rendas inferiores a 200€ (N.º), Portugal, 2021. Fonte: INE ..	5
FIGURA 10 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual com contrato de arrendamento celebrado até 1990 por escalão do valor mensal da renda (%), Portugal, 2021. Fonte: INE	5
FIGURA 11 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com contrato celebrado até 1990 por escalão do valor mensal da renda (%), por NUTS III, 2021. Fonte: INE	6
FIGURA 12 – Escalão mediano das rendas referentes a contratos de arrendamento celebrados até 1990 por município, 2021. Fonte: INE	6
FIGURA 13 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual com contrato celebrado entre 1991 e 2005 por escalão de número de anos na residência (%), Portugal, 2021. Fonte: INE	7
FIGURA 14 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com contrato celebrado entre 1991 e 2005 por escalão do valor mensal da renda (%), Portugal, 2021. Fonte: INE	7
FIGURA 15 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com contrato celebrado entre 2006 e 2011 por escalão de números de anos na residência (%), Portugal, 2021. Fonte: INE	8
FIGURA 16 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com contrato celebrado entre 2006 e 2011 por escalão do valor mensal da renda (%), Portugal, 2021. Fonte: INE	8
FIGURA 17 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com contrato celebrado entre 2012 e 2016 por escalão do valor mensal da renda (%), Portugal, 2021. Fonte: INE	9

FIGURA 18 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com contrato celebrado entre 2012 e 2016 por escalão de número de anos na residência (%), Portugal, 2021. Fonte: INE	9
FIGURA 19 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com contrato celebrado entre 2017 e 2021 por escalão do número de anos na residência (%), Portugal, 2021. Fonte: INE	10
FIGURA 20 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com contrato celebrado entre 2017 e 2021 por escalão do valor mensal da renda (%), Portugal, 2021. Fonte: INE	10
FIGURA 21 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com contrato celebrado entre 2017 e 2021 por escalão do valor mensal da renda (%), por NUTS III e Portugal, 2021. Fonte: INE	11
FIGURA 22 – Escalão mediano das rendas referentes a contratos de arrendamento celebrados entre 2017 e 2021 por município, 2021. Fonte: INE	11
FIGURA 23 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual por escalão de área útil (%), Portugal, 2021. Fonte: INE	12
FIGURA 24 – Superfície média útil (m²) dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual por regime de ocupação (propriedade/copropriedade ou arrendamento/subarrendamento), por NUTS III e Portugal, 2021. Fonte: INE	12
FIGURA 25 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual por escalão de divisões (%), por NUTS III e Portugal, 2021. Fonte: INE	13
FIGURA 26 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com 1 divisão, por escalão de renda (%), Portugal, 2021. Fonte: INE	14
FIGURA 27 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com 2 divisões por escalão de renda (%), Portugal, 2021. Fonte: INE	14
FIGURA 28 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com 3 divisões por escalão de renda (%), Portugal, 2021. Fonte: INE	14
FIGURA 29 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com 4 divisões por escalão de renda (%), Portugal, 2021. Fonte: INE	14
FIGURA 30 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com 5 divisões por escalão de renda (%), Portugal, 2021. Fonte: INE	14
FIGURA 31 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com 6 ou mais divisões por escalão de renda (%), Portugal, 2021. Fonte: INE	14
FIGURA 32 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados por índice de lotação (%), Portugal, 2021. Fonte: INE	15
FIGURA 33 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados com contrato celebrado antes de 1990 (inclusive) por índice de lotação (%), Portugal, 2021. Fonte: INE	16

FIGURA 34 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados com contrato celebrado de 1991 a 2005 por índice de lotação (%), Portugal, 2021. Fonte: INE	16
FIGURA 35 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados com contrato celebrado de 2006 a 2011 por índice de lotação (%), Portugal, 2021. Fonte: INE	16
FIGURA 36 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados com contrato celebrado de 2012 a 2016 por índice de lotação (%), Portugal, 2021. Fonte: INE	16
FIGURA 37 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados com contrato celebrado de 2017 a 2021 por índice de lotação (%), Portugal, 2021. Fonte: INE	16
FIGURA 38 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados por índice de lotação (%), por NUTS III e Portugal, 2021. Fonte: INE	17
FIGURA 39 – Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados sublotados por município, 2021. Fonte: INE	17
FIGURA 40 – Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados sobrelotados por município, 2021. Fonte: INE	17
FIGURA 41 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (total, propriedade ou copropriedade e arrendamento ou subarrendamento) por época de construção, Portugal, 2021. Fonte: INE	18
FIGURA 42 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual em regime de arrendamento ou subarrendamento vs. Propriedade ou copropriedade por época de construção, Portugal, 2021. Fonte: INE	18
FIGURA 43 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados por época de construção (%), por NUTS III e Portugal, 2021. Fonte: INE	19
FIGURA 44 – Escalão mediano da época de construção de alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual por município, 2021. Fonte: INE	19
FIGURA 45 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual por entidade proprietária (%), Portugal, 2021. Fonte: INE	20
FIGURA 46 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual por entidade proprietária (N.º e %), Portugal, 2021. Fonte: INE	20
FIGURA 47 – Proporção dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados propriedade de particulares ou empresas privadas, por município, 2021. Fonte: INE	21
FIGURA 48 – Proporção dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados propriedade de ascendentes ou descendentes, por município, 2021. Fonte: INE	21

FIGURA 49 – Proporção dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados propriedade de entidades públicas e outras instituições sem fins lucrativos por município, 2021. Fonte: INE	21
FIGURA 50 – Proporção dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados propriedade de cooperativas de habitação por município, 2021. Fonte: INE	21
FIGURA 51 – Escalão mediano da época de construção de alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual propriedade de particulares ou empresas privadas, por município, 2021. Fonte: INE	22
FIGURA 52 – Escalão mediano da época de construção de alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual propriedade de ascendentes ou descendentes, por município, 2021. Fonte: INE	22
FIGURA 53 – Escalão mediano da época de construção de alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual propriedade de entidades públicas e outras instituições sem fins lucrativos, por município, 2021. Fonte: INE	22
FIGURA 54 – Escalão mediano de época de construção de alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual propriedade das cooperativas de habitação, por município, 2021. Fonte: INE	22
FIGURA 55 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados (%) por existência de apoio ao arrendamento, Portugal, 2021. Fonte: INE	23
FIGURA 56 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados, com existência de apoio ao arrendamento (%) por época de celebração de contrato, Portugal, 2021. Fonte: INE	24
FIGURA 57 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados com existência de apoio ao arrendamento sob a forma de renda social ou apoiada (%) por época de celebração de contrato, Portugal, 2021. Fonte: INE	24
FIGURA 58 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados com existência de apoio sob a forma de subsídio de renda da administração central (%) por época de celebração de contrato, Portugal, 2021. Fonte: INE	24
FIGURA 59 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados com existência de apoio ao arrendamento sob a forma de subsídio de renda do município ou região autónoma (%) por época de celebração de contrato, Portugal, 2021. Fonte: INE	24
FIGURA 60 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados com contrato celebrado até 1990 (inclusive) por tipo de apoio ao arrendamento (N.º), Portugal, 2021. Fonte: INE	25

FIGURA 61 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados com contrato celebrado de 1991 a 2005 por tipo de apoio ao arrendamento (N.º), Portugal, 2021. Fonte: INE	25
FIGURA 62 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados com contrato celebrado de 2006 a 2011 por tipo de apoio ao arrendamento (N.º), Portugal, 2021. Fonte: INE	25
FIGURA 63 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados com contrato celebrado de 2012 a 2016 por tipo de apoio ao arrendamento (N.º), Portugal, 2021. Fonte: INE	25
FIGURA 64 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados com contrato celebrado de 2017 a 2021 por tipo de apoio ao arrendamento (N.º), Portugal, 2021. Fonte: INE	25
FIGURA 65 – Distribuição do apoio público concedido ao arrendamento (%), por NUTS III, 2021. Fonte: INE	26
FIGURA 66 – Distribuição do apoio público concedido ao arrendamento, por município (%), 2021. Fonte: INE	26
FIGURA 67 – Proporção dos alojamentos familiares clássicos arrendados por tipo de apoio ao arrendamento, por NUTS III e Portugal, 2021. Fonte: INE	26
FIGURA 68 – Proporção dos alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com apoio ao arrendamento por município, 2021. Fonte: INE	26
FIGURA 69 – Proporção dos agregados em que existe, pelo menos, um elemento com fragilidade económica em alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual por tipo de apoio ao arrendamento (%), Portugal, 2021. Fonte: INE	27
FIGURA 70 – Proporção de agregados domésticos privados em que existe, pelo menos, um elemento com fragilidade económica em alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual, por NUTS III e Portugal, 2021. Fonte: INE	28
FIGURA 71 – Proporção de agregados domésticos privados em que existe, pelo menos, um elemento com fragilidade económica em alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual, por município, 2021. Fonte: INE	28
FIGURA 72 – Proporção de agregados domésticos privados que acumulam fragilidade económica e apoio ao arrendamento em alojamentos familiares clássicos de residência habitual, por NUTS III e Portugal, 2021. Fonte: INE	28
FIGURA 73 – Proporção de agregados domésticos privados que acumulam fragilidade económica e apoio ao arrendamento em alojamentos familiares clássicos de residência habitual, por município, 2021. Fonte: INE	28

FIGURA 74 – Agregados domésticos privados em alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (N.º e %), por dimensão do agregado, Portugal, 2021. Fonte: INE	29
FIGURA 75 – Agregados domésticos privados em alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual por anos de residência, Portugal, 2021. Fonte: INE	29
FIGURA 76 – Proporção de agregados com pelo menos um elemento com 65 ou mais anos em alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados, por época de celebração de contrato de arrendamento, Portugal, 2021. Fonte: INE	30
FIGURA 77 – Nível de escolaridade do representante do agregado (%) por regime de ocupação do alojamento familiar, Portugal, 2021. Fonte: INE	30
FIGURA 78 – Proporção da população residente em alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual por grupo etário, Portugal, 2021. Fonte: INE	31
FIGURA 79 – Nível de escolaridade mais elevado completo da população residente em alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (%), Portugal, 2021. Fonte: INE	31
FIGURA 80 – Proporção dos agregados domésticos privados em alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual por grupo socioeconómico do titular do alojamento, Portugal, 2021. Fonte: INE	32
FIGURA 81 – Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com lugar de estacionamento ou garagem por época de construção, Portugal, 2021. Fonte: INE	33
FIGURA 82 – Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com entrada acessível a cadeira de rodas, Portugal, 2021. Fonte: INE	33
FIGURA 83 – Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com ar condicionado, por NUTS II e Portugal, 2021. Fonte: INE	34
FIGURA 84 – Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com sistema de aquecimento, por NUTS II e Portugal, 2021. Fonte: INE	34
FIGURA 85 – Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual, por sistema de aquecimento, Portugal, 2021. Fonte: INE	34



IH
RU